

J. Herculano Pires

***Os Sonhos
de
Liberdade***



Título: Os Sonhos de Liberdade

Autor: J. Herculano Pires

1ª Edição - maio de 2005 – 2000 exemplares

Coordenação Editorial: Herculano Ferraz Pires

Capa: Andrei Polessi

Diagramação: Adriana Cury Pires

Laser Film: Sérgio A. Franco

Revisão: Tatiana Cury Pires / Flávia Cury Pires

ISBN 85-88849-37-2

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora Paidéia Ltda

Rua Dr. Bacelar, 505 - V. Clementino

CEP: 04026-001 - São Paulo

Tel. (11) 5549-3053 - Fax (11) 5182-5836

Site: www.editorapaideia.com.br

Apoio:

Fundação 
Maria Virgínia e J. Herculano Pires

Contracapa (esquerda)

O princípio ético de preservação da liberdade exige a reformulação social e cultural do mundo. Por isso, René Hubert recomenda uma pedagogia estética que corresponda ao sentido profundo no ato de amor do processo educacional. Só pelo desenvolvimento da consciência estética, síntese consciencial que liberta o homem da arrogância e da brutalidade, aprimorando-lhe a sensibilidade estética – como Kant já reconhecera – poderemos estabelecer na Terra uma civilização de justiça e harmonia, condizente com as aspirações mais profundas e generalizadas da espécie humana.

A liberdade é também um princípio estético fundamental, como Schiller demonstrou em seus estudos de estética. Sem liberdade não há criação artística válida nem ética verdadeira.

Contracapa (direita)

José Herculano Pires foi o que podemos chamar homem múltiplo. Em todas as áreas do conhecimento em que desenvolveu atividades – dentro e fora do movimento doutrinário – sua inteligência superior iluminada pela doutrina espírita e pela cultura humanística brilhava com grande magnitude, fazendo o povo crescer espiritualmente. Herculano Pires foi mestre em Filosofia da Educação na Faculdade de Filosofia de Araraquara e membro da Sociedade Brasileira de Filosofia. Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo e fundador do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, que presidiu por longos anos. Diretor da União Brasileira de Escritores e vice-presidente do Sindicato dos Escritores de São Paulo. Presidente do Instituto Paulista de Parapsicologia (...). E, o que é mais importante: espírita desde os vinte e dois anos de idade, ninguém no Brasil e no estrangeiro mergulhou tão fundo nas águas cristalinas da Codificação Kardeciana e ninguém defendeu mais e com mais competência do que ele a pureza doutrinária (...)

(Do livro
J. Herculano Pires, o Apóstolo de Kardec,
de Jorge Rizzini)

Índice

| | |
|---------------------------------|----|
| Uma Possibilidade Humana..... | 6 |
| As Condições da Liberdade | 16 |
| Liberdade e Disciplina..... | 26 |
| A Liberdade Suicida | 36 |
| Amor e Sexo em Liberdade | 46 |
| A Maternidade Livre | 57 |

Uma Possibilidade Humana

As grandes fases da evolução humana caracterizam-se pelo predomínio da liberdade. Mas a seqüência histórica de cada uma dessas fases assinala o retorno à escravidão. Basta isso para nos mostrar que a liberdade é impossível no destino humano. Os tempos primitivos nos mostram o homem atrelado ao clã e à horda. Seu instinto gregário é um impositivo de sua fragilidade em face da natureza carregada de ameaças e perigos. No clã, na horda ou na tribo ele se vê obrigado, para garantir a sua sobrevivência e da prole, a organizar as primeiras estruturas sociais e a estabelecer ligações ou alianças com outros grupos. Os mais fortes dominam cada grupo e se constituem na garantia da liberdade grupal. Se não houvesse outras exigências além da garantia da sobrevivência, o possível da liberdade humana teria morrido ao nascer. Mas o anseio de transcendência, determinado pelo sentimento inato da subjetividade do Ser, coloca ao lado da força física do Cacique o poder espiritual do Pagé. E na proporção em que o grupo cresce e penetra na historicidade dos fatos, que gera a tradição e a mitologia das façanhas e dos espantos, a experiência e a prudência se impõem através dos conselhos tribais. Equilibra-se o poder da força bruta com o poder da razão, dando nascimento aos manes e deuses tutelares. A realidade confusa do mundo se estrutura em dois planos: *o das coisas e seres concretos e o do imaginário imprevisível*. As forças cósmicas, transformadas em figuras antropomórficas, vigiam do alto do céu e do fundo das matas a aventura do homem na Terra. A multiplicidade de poderes em ação garante a liberdade individual nas condições dialéti-

cas da existência. Está esboçado o panorama dos sonhos de liberdade, em que as aspirações de justiça marcarão o roteiro das civilizações. Bastam essas aspirações, sempre em choque com as pretensões atrevidas da força bruta, para mostrar que a consciência humana se fundamenta no pressuposto da liberdade.

As civilizações agrárias e pastoris, florescendo no seio da Natureza, estabelecem a sintonia dos ritmos telúricos com os ritmos do processo existencial. O homem percebe que a rigidez do seu condicionamento ao chão, e conseqüentemente ao meio, não o priva da liberdade de pensamento e ação. Descobre que agir sobre o meio é modificá-lo, ao mesmo tempo em que modifica a si mesmo nas dimensões da temporalidade. Essa descoberta ampara e estimula os seus anseios de liberdade, mostrando-lhe que ele possui a jurisdição de si mesmo. Dessa descoberta nasce o sentimento de responsabilidade que vai marcar ao mesmo tempo os limites do seu poder, do seu dever e das suas possibilidades de ascendência. Nas grandes civilizações orientais, de estrutura massiva, a exigência de ampliação de sua responsabilidade a dimensões abstratas o leva a recorrer à teocracia, que gera as vestiduras divinas dos reis e príncipes, condição humana que lhe parece insuficiente para a direção do Estado. O gigantismo das civilizações teocráticas o obriga a abdicar de sua jurisdição individual e entregar-se ao poder supremo dos deuses. Este poder, por sua própria natureza abstrata, projeta-se em estruturas legais que possam abranger a multiplicidade dos aspectos da ordem instituída. Em conseqüência, o poder divino acrescido ao homem, por ele mesmo, o leva a sufocar a liberdade individual. A sociedade regride às condições da estrutura tribal, com o predomínio da força bruta que engaja

cada indivíduo à engrenagem gigantesca do Estado, segundo a aguda observação de Denis de Rougemont. O homem não é mais um indivíduo, mas uma arruela ou um pino da estrutura mecânica, regida pelo poder dos deuses através de seus mandatários divinos. O cacique tribal transformou-se no Rei Ungido que representa a Divindade e o Pagé mágico multiplicou-se nos sacerdotes que confabulam com Deus e controlam as atividades dos súditos. Nasce das cinzas dos pastores e agricultores ingênuos, há muito soterrados nos campos, o Leviatã de Hobbes. O modelo dos Estados sagrados e totalitários constituiu-se dos três poderes que a Revolução Francesa terá de enfrentar para restabelecer a liberdade sob a inspiração do *Contrato Social* de Rousseau.

É no antigo Império Persa que vamos assistir à morte das civilizações teocráticas, quando um novo poder, nascido das guerras de conquista, o poder militar, se imporá pela força das armas sobre o poder teocrático. Da divisão dos poderes na Pérsia nascerão na Grécia os Estados antípodas de Esparta e Atenas, o primeiro rigidamente totalitário e militar, esmagando os anseios da liberdade individual, e o segundo, ainda teocrático e escravagista, mas tocado pelo fogo de Prometeu, ao sopro revivificador da Filosofia, libertando o indivíduo das garras do Leviatã e abrindo perspectivas para o desenvolvimento do pensamento livre e, portanto, da cultura. Mas Esparta se projeta em Roma e gera o Império dos Césares que determinará um retrocesso histórico. O cidadão romano é o novo tipo de homem, engajado à estrutura estatal, que esmagara a Grécia e se embriagará com o sangue generoso dos seus filósofos. A Roma camponesa não conseguira asfixiar em si mesma, ao transformar-se no Leviatã, os princípios de justiça que a nortearam nos primórdios

do seu desenvolvimento. Esses princípios levarão a velha Loba ao afrouxamento da sua estrutura, nos tempos de fastígio, e permitirá o restabelecimento da liberdade individual na mais corrosiva de suas formas, a da libertinagem. Dois fatores contraditórios a levarão à queda: a mensagem cristã provinda da civilização agrária e pastoril da Palestina e a voracidade das hordas bárbaras do Norte. A fusão desses fatores gerou o milênio medieval, ressurreição dos Estados Teocráticos na Europa devastada. A liberdade individual foi novamente esmagada pelo Império da Igreja, mas o fermento do Evangelho levedou lentamente, ao rogo das guerras e das fogueiras inquisitórias, a massa dos povos bárbaros e acendeu na Renascença, com novo ímpeto e maior ardor, os anseios de liberdade. Graças a isso, as fases de grandeza espiritual de Atenas filosófica e estética, da palestina profética, puderam ressurgir das cinzas para um novo e poderoso surto da evolução humana. O homem renascentista não nasceu engajado a uma estrutura estatal. Descendia, embora por vias tortuosas, dos israelitas discutidores, dos atenienses filosofantes e dos romanos da República, tendo por modelos e guias o racionalismo suicida de Abelardo e os sonhos de liberdade de Descartes e Rousseau.

Nem mesmo o contragolpe de Bonaparte conseguiu sufocar as aspirações libertárias da França, que repercutiram no mundo e floresceram na América. A hecatombe nazi-fascista ameaçaria novamente os povos e o desenvolvimento do chamado complexo industrial militar frustraria as esperanças da liberdade de pós-guerra. Mas os triunfos da força revertem na negação de si mesmo, ante o desenvolvimento cultural, firmado nos princípios humanistas dos novos tempos. Porque o dilema que hoje nos desafia na Estrada de Tebas é

irreversível: *ou deciframos o enigma da esfinge nuclear ou ela nos devorará.* Temos de compreender que o avanço científico é uma conquista da civilização e não da barbárie, um repto do homem a si mesmo, para que ele confirme a sua natureza espiritual ou a negue, entregando-se à inconsciência das feras. A violência desencadeada do mundo, em nossos dias, e impunemente aplicada em nome de princípios superiores, tem o seu limite fatalmente marcado pelo genocídio dos cogumelos atômicos. Nenhum poder é concedido ao homem sem o preço marcado em sua própria consciência. O preço da violência é a morte e, neste caso, a destruição total da Humanidade. A chamada guerra dos botões é uma reticência trágica para todos os que desenvolveram o poder do espírito e com ele penetraram nos segredos da matéria. Há um ensino de Jesus que devemos lembrar nesta hora, porque agora ele se torna claro e objetivo. “Todos os pecados serão perdoados ao homem, menos o pecado contra o espírito.” Temos pecado ignominiosamente contra o espírito através de guerras e matanças, atentados brutais, perseguições e torturas, assassinatos covardes de prisioneiros inermes, toda a série hedionda das manifestações da bestialidade, enlouquecido pela arrogância da força bruta. Negamos a liberdade de pensamento, que é o selo da dignidade humana, e com as armas defensivas das nações partimos para a agressão interna, transformando cada nação num sistema fechado de aniquilamento dos seus próprios filhos, na violência desmedida contra os direitos do espírito. Aviltamos o mundo e aviltamo-nos, desde os campos de concentração nazi-fascista até os campos de trabalho forçado e morte lenta do sistema comunista, até as mortes programadas por computadores eletrônicos das chamadas nações democráticas e as agressões

genocidas das grandes potências contra pequenas e heróicas nações indefesas. Tocamos agora a barreira do nosso próprio poder liberticida. O desafio é simples: apertamos os botões da destruição total ou retomamos a condição humana. Pagamos o preço fatal do pecado contra o espírito ou o resgatamos de joelhos sobre a infinidade de covas em que sepultamos as vítimas da nossa arrogância, com o desprezo da prepotência e os rituais bárbaros da intimidação coletiva.

Nunca os bárbaros foram tão bárbaros como na pele do homem do Século XX. Nunca o poder das armas esmagou e silenciou populações inermes em todo o mundo, na mais trágica demonstração de covardia de todos os tempos. Mas os dragões minúsculos e invisíveis dos átomos agora esperam os mandatários da violência para triturá-los com seus dentes nucleares, na mais refinada forma de igualitarismo democrático, de nivelção total de carrascos e vítimas, sob o signo da morte global. Onde os covardes acharão coragem para morrer como homens?

Mas mesmo que cheguemos a essa escatologia trágica, os sonhos de liberdade não serão liquidados. A Terra devastada e envenenada pelas emanções atômicas continuará a girar nos espaços siderais. Os resíduos da infâmia desaparecerão de sua face calcinada. O seu poder de recuperação e renovação não será extinto, porque se alimenta nas fontes cósmicas. Germinarão de novo as plantas, os animais reconstruirão a sua fertilidade e uma nova raça humana a povoará, para que os desígnios de Deus se cumpram após a falência dos homens. Então ela não será mais um planeta andrajoso, coberto de ruínas, um túmulo de indignidade humana, mas um monumento vivo e radiante à dignidade dos que, numa raça de víboras, souberam resistir até o último instante.

Talvez nesse tempo os monstros que devoraram o planeta no delírio da arrogância possam despertar, em algum lugar do Infinito, para a consciência de sua brutalidade. Da situação miserável em que caíram, com suas mandíbulas de fera, apropriadas à condição que preferiram, mastigando ossos e destroços, talvez consigam vislumbrar – num céu escuro e opaco – as tímidas cintilações das estrelas longínquas, apavoradas com a visão de suas monstruosidades. Só assim poderão renascer para novas existências, como os luzbéis arrependidos de um mito bíblico jamais escrito.

Cada aspecto de um tema requer linguagem apropriada para o seu desenvolvimento. Essa linguagem não é estudada, não é preparada de antemão, pois sua natureza é genésica; ela brota das entranhas do próprio tema pela necessidade vital de expressão adequada. Não traçamos esse panorama assombroso com os recursos da imaginação. Ele não é uma criação fantasiosa, é um dado real que surge da situação desesperante do mundo. O impacto de sua percepção aturde primeiro o observador que teve a temeridade de encará-lo. Depois esse impacto se transmite ao público para despertá-lo de uma apatia forçada, reerguendo-lhe as energias anestesiadas pelo medo e restabelecendo-lhe a capacidade de pensar e analisar. A morte da liberdade é a morte do homem. Porque o homem nasce da liberdade e é liberdade. Sua carne e seu espírito são a vitória da liberdade imolada. Nas metamorfoses genésicas ele passa de um reino da natureza para outro. Desenvolve o seu poder estruturador na pedra e nela permanece em estado cataléptico até o momento de projetar-se nas estruturas vegetais, em que desenvolve sua sensibilidade e se transforma na doação de que falava Hegel, abrindo-se em ramagens, flores e frutos. Pouco a pouco aglutina as

primeiras formações animais, como nos mostram as pesquisas sobre a evolução dos reinos naturais. Desenvolve então a motilidade – nada, voa, anda, desligado da matriz terrena – e as potencialidades da inteligência. Como animal ele está ainda envolto numa pele densa e forte, coberta de pelos ou escamas, de invólucros protetores para a conquista das suas experiências vitais. Mas no homem a carne se refina e se apura, a pele se torna fina e flexível, a sensibilidade se aguça, a mente se abre na delicada estrutura cerebral como uma flor que desabrocha, o espírito imolado recobra a sua natureza, que é a liberdade.

Todo esse imenso e complexo processo criador atinge sua frutificação nas conquistas da inteligência humana, semelhante a Deus, dotada de poder criador. E é essa obra-prima que ele mesmo avilta e esmaga quando se entrega aos resíduos das fases anteriores da evolução criadora, segundo Bergson. Quando as mãos animais das insensatezes reduzem tudo isso a um cadáver sangrento e sem vida, pela fria decisão de um tribunal dogmático, arbitrariamente em nome de Deus, da Pátria ou da Sociedade, o homem peca contra o espírito, o que vale dizer: *contra a sua própria natureza de Ser espiritual*. É verdade que não destruiu o homem nem a vida, mas aniquilou um trabalho milenar dos poderes criadores do espírito. Por outro lado, atentou contra a dignidade humana e o direito à vida, ao reajuste de seus possíveis desajustamentos sociais e culturais, ao progresso que ainda poderia realizar no desenvolvimento de suas potencialidades espirituais. Além disso, cada ato dessa natureza é um incentivo à violência, à brutalidade, ao crime, aos desrespeitos aviltantes ao supremo direito do homem, o direito à liberdade.

Não há sofismas, por mais aparentemente brilhantes, por mais aprovados e institucionalizados nas falíveis convenções humanas, que possam justificar esse ato contrário aos desígnios de Deus inscritos na consciência humana.

A tudo isso devemos acrescentar as dolorosas consequências do crime na vida dos familiares do condenado. Quantas dores e lágrimas, que de suplícios e humilhações, desesperos e angústias esmagarão criaturas inocentes que jamais aceitarão essa pretensa justiça produzida nas retortas escusas das convenções humanas, manchadas por interesses inferiores, por ambições vorazes e pretensões orgulhosas de infalibilidade do falível julgamento humano. As sociedades e civilizações que se defendem sacrificando suas próprias vítimas, os injustiçados pelos desníveis sócio-econômicos de estruturas forjadas pelas leis da selva, são duplamente criminosas. A queda do homem na sociedade, que Rousseau definiu apoiado em suas próprias experiências de vítima dando forma social ao mito bíblico da queda, é uma realidade flagrante em todo o mundo. Só há um meio de redenção das sociedades criminosas: *o abandono dos métodos de coação violenta e a adoção de meios humanos de recuperação e resgate dos indivíduos transviados.*

O princípio ético de preservação da liberdade exige a reformulação social e cultural do mundo. Por isso, René Hubert recomenda uma pedagogia estética que corresponda ao sentido profundo do ato de amor do processo educacional. Só pelo desenvolvimento da consciência estética, síntese consciencial que liberta o homem da arrogância e da brutalidade, aprimorando-lhe a sensibilidade estética – como Kant já reconhecera – poderemos estabelecer na Terra uma civilização de justiça e harmonia, condizente com as aspirações

mais profundas e generalizadas da espécie humana. A liberdade é também um princípio estético fundamental, como Schiller demonstrou em seus estudos de estética. Sem liberdade não há criação artística válida nem ética verdadeira.

As Condições da Liberdade

Toda liberdade depende das condições que lhe permitem ser livre. A liberdade e suas condições formam um todo indivisível. Para o homem ser livre é necessário primeiro ser homem. Há homens que nunca foram nem serão livres, enquanto não forem homens. O homem também depende das condições que o fazem homem. O simples fato de nascer como um ser humano não lhe confere a qualificação de homem. Cada criatura, animal ou humana, nasce com a sua facticidade, ou seja: *nasce feito quanto à forma e quanto à substância*. É o ser biológico, reconhecido como desta ou daquela espécie pela sua forma. A substância invisível é uma incógnita, que só vai se revelar no seu desenvolvimento psíquico. Suas potencialidades inatas se desenvolverão no processo de relação, na família, na escola ou na sociedade. Como notou Tagore, a criança cresce como a árvore, por assimilação dos elementos do meio. Sua substância ou essência, que é o espírito, cresce na carne como a semente cresce no chão. Na proporção desse crescimento a essência revela o que é, o que traz na sua facticidade, como herança de si mesmo em vidas anteriores e herança genética da vida que vai viver. Assim, o homem começa como herdeiro, mas, na medida em que revela a herança própria, passa a assimilar a herança alheia. O instinto de imitação das crianças o faz treinar os órgãos corporais e desenvolver a mente. À facticidade endógena acrescenta os dados da facticidade exógena, assimilando a língua, os costumes, a cultura do meio. Envolve-se na mundanidade e integra em si mesmo os elementos desta. As linhas paralelas da assimilação biológica e da

assimilação psíquica vão definir a sua condição atual. Ele não é produto do meio, pois já nasceu como era e crescido da herança genética dos pais e da herança mesológica e sócio-cultural do tempo. Dessa maneira, seu condicionamento humano é complexo, revelando o seu poder de conquistar o mundo e dominá-lo ou a sua capacidade de infiltrar-se no mundo e sujeitar-se a ele. Até esse momento ele esteve preso à facticidade, sujeito às leis do desenvolvimento biopsíquico. Mas então surge o momento de opção, portanto da liberdade que nasce em suas mãos. Sem as condições da liberdade o homem não poderia ser livre. Sem as estruturas do seu próprio ser, do meio em que vive, da sociedade e da cultura a que pertence, como usar a liberdade de ser e fazer? É absurdo confundir-se o complexo de condições da liberdade com o determinismo, que faria do homem um simples robô. Espinosa, no anseio da precisão matemática de sua filosofia, transformou Deus e o mundo num duplo sistema de engrenagens rotativas e conjugadas que eliminou a liberdade. As leis naturais regem o mundo, mas Deus não é um mecânico preso à engrenagem da máquina que construiu. A simples precisão da máquina repele o panteísmo espinosiano, pois revela pensamento e vontade orientando o seu funcionamento com intenções diversificadas e finalidades inteligentes. O determinismo se define nas condições da liberdade e esta se afirma por si mesma nas opções e na capacidade criadora do homem. O vegetal se desenvolve e se move sob as leis do tropismo, atraído e impulsionado por forças exteriores. O animal está sob a lei do instinto, mas este deriva das suas necessidades orgânicas, que ele atende já numa fimbria de consciência prenunciadora de liberdade. O homem age na esteira das opções, querendo e fazendo na medida do saber

que conquistou. Caso contrário não haveria responsabilidade nem possibilidade de justiça. A realidade não é uma estrutura mecânica e estática. Todos sabemos disso, pois o sentimos em nós mesmos, na nossa carne, nos nossos nervos, no nosso espírito. A ciência atual não comporta nenhuma suposição de tipo mecanicista. O cálculo de probabilidade matou as esperanças de uma realidade exata como um teorema algébrico. O que é a extrema flexibilidade do que chamamos real, que não raro se perde na irrealidade mais chocante? A imobilidade da pedra é uma ilusão dos nossos sentidos. Vamos chegando, empurrados pelos fatos, à concepção hilosoísta dos gregos. Não há matéria inerte, a vida palpita num grão de areia como num grão de trigo, numa gota d'água e no coração de um pássaro. Nessa flexibilidade atordoante, falar em estruturalismo rígido e determinista é tentar um retrocesso conceptual na Ciência.

Talvez o que ainda estimule algumas tentativas dessa natureza seja o trágico exemplo do retrocesso histórico no plano político. O panorama internacional nos mostra um processo geral de arrocho totalitário. Mas a situação política é muito diferente da científica. A política mundial só acompanhou a evolução científica do século no plano armamentista. Enraizada fortemente no passado, ao peso das estruturas burguesas, e na maioria das nações atuais arrastando as correntes de ferro do feudalismo e do colonialismo, ela não teve as possibilidades da ciência para se renovar. O problema da liberdade e do respeito aos direitos humanos é suficiente para nos mostrar o atraso doloroso e vergonhoso do panorama político. Na verdade, não se trata de um retrocesso histórico, mas da simples reincidência de males antigos, em forma aguda, num organismo em decadência.

O que há nesse campo é precisamente a falta de condições para a liberdade. A política se assenta em fatores econômicos e financeiros, que determinam os seus rumos ideológicos. As mudanças ocorridas nesses fatores não foram de estrutura, mas de simples ampliação e dinamização de velhas estruturas ferozmente conservadas. Essas estruturas, portanto, não se enfraqueceram; pelo contrário, tornaram-se mais fortes e poderosas, maciçamente apoiadas pelo poderio militar. As próprias conquistas científicas fortaleceram as estruturas econômico-políticas em todo o mundo. Os seis anos da II Guerra Mundial, terrivelmente devastadora, seguida de guerras locais e revoluções violentas, contribuíram para a radicalização das posições. Por outro lado, as forças contrárias, nas duas áreas políticas do mundo, levadas pelo desespero, entregaram-se a um extremismo delirante, que por sua vez provocou a ação repressora. Nenhuma condição de liberdade restou no mundo, envolvido em tensões extremas, na permanente expectativa de uma tragédia global. A própria queda do colonialismo europeu na África e na Ásia, determinada por conseqüências da guerra nas economias e finanças das nações colonizadoras, ao invés de surgir como um fato auspicioso, transformou-se logo em novo motivo para inquietações e conflitos perigosíssimos, como chamas ateadas sobre barris de pólvora. Todas as formas de direito, especialmente a dos direitos humanos, foram aviltadas e desprezadas em nome da busca exasperante de meios de defesa dos direitos econômico-financeiros e, particularmente, das grandes potências atômicas. Como preservar a liberdade política na trama de espionagens, sabotagens, pactos internacionais, guerrilhas, seqüestros, agressões à soberania

de pequenas nações convertidas em campo experimental de armas químicas e bombardeios arrasadores?

Não há dúvida que estamos num período de transição violenta, em que os valores humanos deixaram praticamente de existir. Vale mais um avião de bombardeio, um satélite de espionagem, um segredo de Estado do que o direito de um homem defender a sua ideologia ou o direito de uma população de milhões de indivíduos viver e trabalhar em paz em oposição a interesses internacionais considerados de importância fundamental para a segurança de uma potência. O velho adágio: *Vão-se os anéis e ficam os dedos*, foi invertido para uma fórmula mais pragmática: *Vão-se os dedos, mas ficam os anéis*.

Os ciclos históricos são intercalados por períodos de transição catastróficos, que geralmente começam pela subversão dos valores dominantes na fase da civilização que se finda. A tônica dessas subversões é a luta pela liberdade. Todas as transformações sociais e mudanças culturais nascem do anseio de libertação. Isso se explica pelo processo de sedimentação cultural, que logo após a derrocada do sistema perempto se instala com rigorosas medidas de precaução e defesa. Sempre se espera que uma vez estabelecida a nova ordem o princípio de liberdade triunfará, mas acontece ao contrário. As medidas de segurança geram sistemas coercitivos que se implantam e criam raízes. Interesses múltiplos se conjugam na formação de grupos interligados para a sustentação dos princípios considerados como intocáveis. São os dogmas da revolução, colocados acima dos valores humanos pelos fanáticos e os aproveitadores da situação. Os ideólogos sinceros, que deram sangue e suor na luta pela mudança, acabam sacrificados ou, embora desiludidos, acomodam-se

na nova rotina que se forma e se desenvolve. Isso, entretanto, não limita o anseio de liberdade; mostra apenas que a fragilidade humana é mais forte do que parece, pois a própria essência do homem pode ser aviltada por ela. Frágil, como indivíduo, ante a mola gigantesca da nova estrutura criada, o homem se justifica na sua capitulação para não perder o apoio dos companheiros falidos mas bem colocados em posições de mando. Pouco a pouco o sonho de liberdade se apaga, pois se torna perigoso para a nova estrutura, como foi para a antiga. Mas justamente por isso a nova ordem se firma, condenando-se à futura destruição, porque o anseio de liberdade renasce em cada nova geração.

Temos assim uma visão trágica do destino humano na Terra. O círculo vicioso das mudanças parece indicar que elas são improficuas, nada mais do que sonhos sem consistência real. A História nos mostra, entretanto, que na sucessão dos ciclos há sempre um saldo favorável para o futuro. Dos gregos aos romanos, destes ao Feudalismo, à Renascença e ao mundo moderno houve um saldo favorável para liberdade que permitiu o estabelecimento do mundo contemporâneo como o mais livre, nos seus primeiros séculos, do que todas as civilizações anteriores. E esse aumento de liberdade permitiu o desenvolvimento espantoso da ciência, da técnica e da cultura, bem como a democratização cultural em escala jamais atingida anteriormente. Mas a civilização científica e tecnológica teve de enfrentar problemas que não poderia superar. As condições novas de vida permitiram a chamada explosão demográfica em espiral violentamente ascendente, a técnica levou à produção em massa de máquinas e aparelhos, à devastação das matas e à poluição do mundo: *terra, ar, rios, mares, tudo foi poluído em todas as*

regiões do planeta. O fundo dos oceanos e as próprias regiões polares não ficaram imunes. As religiões entraram em descrédito e agonia e o materialismo convenceu os homens da vacuidade e falta de sentido da vida. A falsa cultura propagou-se até mesmo nas nações mais tradicionalmente cultas e o charlatanismo profissional tornou-se a mais séria ameaça à saúde pública. O delírio dos tóxicos e do sexo ameaça liquidar os últimos redutos da moral tradicional.

Não convém continuar nessa relação desastrosa. Todos sabemos em que espécie de mundo estamos vivendo. O que nos importa é mostrar, pela sintomática evidente, que o mundo contemporâneo naufraga num mar poluído. Não obstante, este mundo trágico ficará na história como marco inicial da Era Cósmica da Terra. Mesmo porque, ao lado de todos esses transtornos, é nele que se verifica a maior conquista humana de todos os tempos: a prova científica da sobrevivência do homem após a morte, da descoberta do corpo bioplásmico do homem na Universidade de Kirov, na URSS, a comprovação parapsicológica dos poderes de percepção extra-sensorial do homem, na Universidade de Duke (EUA), a possibilidade de comunicação dos espíritos com os homens e o imenso poder do pensamento humano, que se firmou nas experiências de Mitchel, na *Apolo 14*, sobre telepatia cósmica, como a única energia capaz de enfrentar as distâncias do espaço sideral para o estabelecimento de ligações dos astronautas com a Terra. Pela primeira vez essas comprovações universitárias foram aceitas como válidas no meio científico oficial, o que poderá valer para o nosso século angustiado e glorioso o título do Século da Imortalidade. O *psychic-boom* do século XX o resgata dos crimes enormes nele cometidos por uma Humanidade tres-

loucada, restabelecendo a confiança espiritual da espécie em si mesma e abrindo perspectivas para uma compreensão mais exata e profunda da natureza humana. Os sonhos de liberdade, até hoje duramente frustrados, poderão concretizar-se na *era cósmica* que se inicia, se a loucura atual não chegar ao extremo de desencadear a guerra dos botões. A certeza científica do prosseguimento da vida, substituindo a suposição dogmática das Igrejas, que só podem sustentar essa realidade em nome da fé, poderá contribuir para que os homens evitem o terrível genocídio. Que ao menos a liberdade de viver seja permitida às gerações que estão agora mesmo florescendo na Terra poluída e ameaçada.

Dois outros fatos significativos estão ocorrendo e deverão pesar na balança das responsabilidades políticas: o desenvolvimento intensivo das pesquisas sobre a reencarnação que, obtendo sucesso nos Estados Unidos e na Europa, repercutiram na URSS e nos países da órbita soviética. A elas se entregou, na Universidade de Moscou, o Prof. Wladimir Raikov, protegido pela hipótese estratégica de *reencarnações sugestivas*, e a descoberta da antimatéria pelos físicos ingleses, americanos e soviéticos.

A descoberta do corpo bioplásmico, por físicos, biólogos e biofísicos soviéticos, confirmou a tradição cristã do corpo espiritual e a descoberta da antimatéria comprovou a existência de outro mundo interpenetrado com o nosso mundo material. O Governo Soviético e sua Academia de Ciências perceberam o perigo ideológico dessas conquistas ao Leviatã materialista e preferiram suspender as pesquisas (pelo menos oficialmente), mas a divulgação feita na Europa e na América por duas pesquisadoras da Universidade de Prentice Hall

(EUA) teve e continua a ter ampla repercussão nos meios científicos.

A importância desses fatos não permitirá a ocultação que se pretende fazer. Eles mudam, profundamente a nossa visão do mundo e da vida. Nos Estados Unidos há grande interesse pelo restabelecimento dessas pesquisas. É possível que os interesses da política internacional permitam abafamento transitório do prosseguimento das pesquisas, mas os resultados já obtidos e divulgados são suficientemente impressionantes para que o silêncio a respeito não continue por muito tempo. A liberdade de divulgação, barrada pelos interesses soviéticos, poderá furar a cortina de silêncio pelo próprio interesse dos países e dos cientistas de tendências espiritualistas.

Esse exemplo recente dos interesses que podem impedir, na era da comunicação, a liberdade de divulgação no próprio campo científico, mostra-nos como é difícil a luta pela liberdade humana.

Às condições naturais, necessárias ao exercício da liberdade, temos de acrescentar as condições artificiais, criadas pelo próprio homem. Foi longa a luta que os sábios medievais tiveram de manter contra as pressões e condenações da Igreja, para darem curso às pesquisas científicas que desmentiam dogmas religiosos. Submetendo a Filosofia à condição de serva da Teologia, a Igreja pretendeu também transformar a Ciência noutra serva. A função de ambas, Filosofia e Ciência, ficariam limitadas ao fornecimento de dados que pudessem manter e prestigiar os absurdos teológicos. Agora que os teólogos foram derrotados em sua pretensão, os ideólogos políticos os substituem na luta contra a liberdade.

Vencido o Vaticano, surge em campo o Kremlin, na mesma posição da Igreja, em defesa dos dogmas de sua ideologia política – dois exemplos flagrantes, e um deles recente, do que chamamos condições artificiais do exercício de liberdade. O homem se volta contra a sua própria essência, que é a liberdade de pensamento e de ação na busca da verdade, simplesmente para defender as instituições carregadas de pesados erros, que criaram em nome da liberdade. Sartre, que proclamou em sua filosofia: *O homem é a única brecha de liberdade do mundo*, pode agora se corrigir, lembrando que a brecha é a Ciência, que o homem procura fechar com cimento e ferro, para continuar escravo de suas idéias e interesses passageiros. Vale lembrar aqui a expressão de Olênine, personagem de Tolstoi em *Os Cossacos*, ao contemplar no Cáucaso a correnteza do Terek e a vida dos cossacos da Crista: *Que mundo, que homens!* Os cossacos se consideravam livres, vigiando as margens do Terek, que os dividiam dos guerreiros Nogai, de uma tribo asiática que fazia incursões de pilhagem em terras cossacas. Mas do outro lado os Nogai tinham de fazer o mesmo, para impedir as incursões de pilhagens cossacas.

Liberdade e Disciplina

A atitude do homem com relação à liberdade é sempre ambivalente. Ele sabe, por instinto e por intuição, que a liberdade é a sua própria essência, que não pode viver sem ela e, não obstante, a teme. Por isso, os que asfixiam a liberdade fazem questão de aparentar que andam de braços dados com ela. Nada irrita mais um tirano do que a acusação de tirania. A consciência do crime o leva a reações violentas e a medidas ainda mais opressivas. Para amenizar essa situação incômoda, o tirano, seja político, religioso, empresarial, doméstico ou de qualquer outra categoria, apela invariavelmente para uma palavra ambígua, mas salvadora: *disciplina*. A liberdade, dizem eles, para ser eficaz, deve ser disciplinada, pois sem disciplina cai na anarquia. Para evitar esse desvirtuamento da liberdade, inventou-se, já nos tempos selvagens, a escala hierárquica que começa no chefe todo poderoso e desce regressivamente diversos degraus da escala do poder. Essa pressão do alto, que lembra Júpiter Troante e seus subordinados no panteão dos deuses, é esmagadora, mas considerada apenas como disciplinadora. Como também já nas tribos recorreu-se ao expediente dos conselhos mediadores, que também funcionam nas hierarquias celestes e mitológicas, acredita-se ainda hoje na eficácia universal dessa medida. Graças a isso, temos no mundo a liberdade filtrada pelos poderes intermediários, dispostos com engenho e arte entre as eminências da sabedoria e o populacho ignaro. Diversificadas hostes de beséis, fiscais e comissários se incumbem da distribuição eqüitativa da liberdade ao povo, de acordo com regras pré-determinadas. Graças a esse arran-

jo humano-divino, ninguém fica sem a sua cota indispensável de liberdade para poder respirar e viver.

Conhecemos bem os problemas do Absolutismo e do Constitucionalismo, dos métodos violentos de ensino e educação do passado, das disciplinas escolares e particularmente das colegiais, das ordens monásticas impregnadas de divina piedade, das instituições clericais recendendo a virginal pureza, dos quartéis em que os jovens se submetem a regras espartanas sem nada saberem de Esparta. E conhecemos também o problema das famílias puritanas e das igrejas e das religiões disciplinadoras da vida moral e espiritual dos filhos de Deus. Em todos esses lugares e em tantos outros a liberdade nunca deixou de existir, mas sempre sob as regras disciplinadoras e a vigilância dos seus executores. Dando instruções às mães sobre os cuidados que devem ter com a liberdade dos filhos, Tomás de Aquino advertiu, em sua filosofia teológica: *Mães, vossos filhos são cavalos*. Isso, não obstante o que sobrava para as mães, foi aceito pela Cristandade como pientíssima advertência. Antes dele, Santo Agostinho, filósofo de inspiração platônica, para mostrar a diferença entre os que seguem a disciplina cristã e os que a rejeitam, advertia que a maior felicidade dos eleitos, no céu, era contemplar lá de longe os caldeirões do Inferno em que as almas insurretas se debatiam eternamente na fervura. Basta isso para nos mostrar que a disciplina, mesmo em terreno sagrado, tem por essência o medo e por arma o pavor. Gerações e gerações de criaturas assustadas e apavoradas povoaram a Terra antes de nós. Não se deve estranhar o que hoje se passa no mundo.

É curiosa a incapacidade dos homens para se conhecerem a si mesmos. Todos sabemos e sentimos que a natureza

humana é refratária a coações e imposições forçadas. O espírito é liberdade, como já vimos. Liberto dos estágios inferiores da criação do ser, onde permaneceu preso às estruturas minerais e vegetais, conquistando a motilidade no animal e a consciência no homem, ele não admite nenhuma forma de coação exterior, mormente pela força e a violência. Submete-se quando não pode resistir e reagir, mas logo que pode o faz. A revolta de Espártaco em Roma demonstrou aos nobres patrícios que os escravos eram feitos da mesma massa que eles. Apesar de todas as experiências históricas nesse sentido, os homens teimam na imposição e no domínio dos semelhantes, suprimindo-lhes sempre que podem e quanto puderem a liberdade alheia. A educação coercitiva, como a moral puritana e o religiosismo fanático, respondem pela maior parte dos desequilíbrios e calamidades sociais ocorridas no mundo até os nossos dias.

Freud, tão acusado pelo seu pansexualismo, foi o escavador corajoso e heróico das camadas torturadas da libido, complexadas de maneira explosiva nos subterrâneos da espécie. A violência contra as fontes genésicas da vida produziu a filogênese dos monstros da consciência subliminar, do inconsciente vulcânico hoje em franca erupção. Entre esses monstros, o mais perigoso não é o dragão da luxúria, mas a serpente sinuosa e astuta da hipocrisia, geradora de todos os simulacros de honestidade, pureza e santidade que encheram o mundo de vozes melosas, delicadezas ensaiadas, boas maneiras catalogadas e posturas angélicas premeditadas. A raça de víboras de que falava Jesus havia nascido das entranhas do Templo, onde as leis de pureza e os ritos de satisfação contrastavam com o naturalismo das tradições relatadas cruamente na literatura bíblica. Eram monstros de

fingimento os fariseus que oravam nas esquinas de Jerusalém para serem vistos pelos homens e considerados santos, mas devoravam as casas das viúvas. A sistemática ritual do Templo transferiu-se para o Cristianismo nascente e pouco a pouco injetou o seu veneno nas instituições cristãs. Seria inútil querermos negar essa evidência histórica. O Apóstolo Paulo compreendeu isso e lutou contra a hipocrisia nas novas igrejas, como no caso de Corinto, em que ele denuncia uma situação vergonhosa. Mas ele mesmo não se livrou da influência farisaica e insistiu em medidas coercitivas nas suas epístolas. Jesus, livre e puro, imune a essas infestações pela elevação natural do seu espírito, condenou os lapidadores da mulher adúltera e fez de Madalena, a cortesã, a figura símbolo da mulher de um novo mundo, *porque ela muito amou*, colocando assim o amor acima de todos os preconceitos e penitências de purificação exterior. Não obstante, a civilização cristã, de que nos vangloriamos, nada mais foi do que uma cópia da judaica em traços de caricatura. A libertação em Cristo não passou de formalismo deformador da essência real do homem. A liberdade cristã é o reverso de si mesma, um alçapão para as almas ingênuas que se entregam à beatice e caem na hipocrisia.

Não se chega ao céu pelos caminhos terrenos enfeitados de flores artificiais e promessas inviáveis. Ninguém se transforma nem se reforma por meio de expedientes de salvação individual, manchado pelas intenções egoístas. Não há ritos nem sacramentos, nem rezas, escapulários ou fetiches que possam nos salvar. A salvação está em nós mesmos, em nossos pensamentos, sentimentos e ações, como Jesus ensinou e exemplificou. Isso quer dizer que a salvação está em nossa liberdade aplicada ao bem de todos, sem qualquer

pretensão ou exclusivismo. *Tudo me é lícito, mas nem tudo me convém*, escreveu o Apóstolo Paulo. Nossa liberdade nos permite tudo, mas nosso discernimento livre deve escolher o melhor, e o melhor é sempre uma doação e não uma pretensão egoísta.

Há uma disciplina que é útil e necessária, sim, mas a sua eficácia se funda na liberdade. Tudo quanto nos é imposto, determinado por outros, mormente em troca de benefícios pessoais para nós, não passa de engano com intenções ocultas. A única disciplina verdadeira e eficaz nasce livremente da nossa liberdade interior. Só nós mesmos podemos nos disciplinar de maneira eficaz. Jesus orava e vigiava. E ensinou-nos a fazer o mesmo. Orar não é repetir fórmulas de orações lidas ou decoradas, mas elevar o pensamento acima das preocupações mundanas para ligarmo-nos aos planos superiores do espírito. Vigiar é controlar e disciplinar a nossa posição mental e emocional diante do mundo, numa atitude de doação e não de medo. Certamente carecemos de muitas coisas, mas o mundo carece muito mais. Usar a nossa liberdade em sentido pessoal é escravizá-la em nós. Usá-la em socorro do mundo é libertarmo-nos através dela. A liberdade é o par de asas simbólico dos anjos. Com ela e por ela podemos voar até as estrelas, sem necessidade de foguetes e cápsulas espaciais.

O Cristianismo se assenta em dois princípios que representam a base de toda a sua estrutura conceptual: *liberdade e doação*. Os teólogos não puderam compreender isso porque estavam com os olhos vendados (e o estão ainda hoje) com a venda das preocupações formalistas e igrejeiras. Jesus não se interessou, afirma Guignebert, pela fundação de nenhuma nova igreja. Isso é evidente nos próprios evangelhos. Judeu,

freqüentando o Templo e as Sinagogas, citando freqüentemente as Escrituras Judaicas e os Profetas, parece estranha a sua alusão à fundação da sua igreja quando Pedro o chamou de Cristo. Essa passagem tornou-se ainda mais suspeita quando sabemos que a palavra Cristo, de origem grega e correspondente ao mito grego da encarnação de um salvador, só era usada pelos seus discípulos gregos. Os teólogos tentaram atribuir essa palavra ao aramaico, mas não encontraram maneira de validar histórica e lingüisticamente essa pretensa explicação. Guignebert afirma ainda que toda preocupação de Jesus se referia às esperanças de Israel: *a vinda do Messias, a salvação de Israel e a Implantação do Reino de Deus na Terra*, que levou os apóstolos, com Pedro à frente, a fundar a comunidade que trata o *Livro de Atos*. Parece claro que Pedro tenha falado do Messias e que Jesus aproveitasse a oportunidade para lembrar a necessidade de fundação do Reino, cabendo a Pedro essa incumbência. A tardia redação dos evangelhos e as influências mitológicas visíveis nos textos mostram que frases como a de Jesus sobre a Igreja, nesse episódio, não podem estar certas. Além disso, é inegável que houve adaptações dos copistas para atender a exigências do movimento cristão em suas fases iniciais. E mais do que isso, há o fato incontestado de haver o Cristianismo nascido como uma nova seita judaica ligada ao Templo e à Sinagoga, só se tornando independente pela corajosa decisão de Paulo em Antioquia. Se o Cristo houvesse realmente ordenado a fundação de uma nova igreja, os discípulos teriam, imediatamente após a sua morte, tratado de criá-la.

O mundo estava sufocado pelo formalismo religioso, social e político da fase já adiantada de transição das civilizações agrárias e pastoris para as civilizações massivas do

Oriente. Israel arcava ao peso da sua própria lei e das obras da lei, que eram as práticas exigentes do culto. Jesus aproveitava essa fase para semear idéias novas, com base nas profecias, libertando o povo da tirania rabínica sem destruir a religião em que nascera. *Os fariseus hipócritas* – dizia ele – *sepulcros calados por fora e cheios de podridão por dentro*. Condenava a hipocrisia farisaica e os excessos da voracidade rabínica, que transformaram o Templo em mercado. Lembrava a efemeridade das criações humanas, a inutilidade das pompas mundanas e pregava a necessidade de um retorno à simplicidade, única maneira de reconduzir os homens ao caminho certo da liberdade. Rabino popular, sem nenhuma ligação oficial com o Templo ou as seitas da época, filho de operários pobres, só dispondo de suas vestes e sandálias, cercado de pescadores galileus, indiferente ao poder romano, fazia-se ele próprio o exemplo do homem livre, na plena posse de sua liberdade, que devia opor-se à ameaça dos excessos de formalismos do novo ciclo das civilizações monstruosas. *Vede as aves do céu, olhai os lírios do campo*. Suas palavras indicavam os rumos da natureza e da naturalidade, para que os homens não se enganassem com os artificios pomposos de uma civilização de rapina, construída pela ganância e o egoísmo. Livres eram as aves, livres floriam os lírios, e nem Salomão, em todo o esplendor da Corte, conseguira superar a beleza e a felicidade daquelas pequenas e humildes criaturas de Deus – não de Iavé que exigia tributos, sacrifícios de sangue no altar, queima de ervas aromáticas na ara especial para aspirar a fumaça cheirosa, carnes de ovelhas e bois para saciar a sua fome aspirando o seu odor apetitoso. Ele superava esses resíduos mitológicos e grosseiros, a concepção brutal de Deus como chefe de exércitos ferozes, o

excesso de riquezas à custa da fome e da miséria do povo, para salvar o homem na sua essência espiritual, no encanto simples e puro da liberdade. Condenado à arrogância do judaísmo pretensioso, falava às mulheres do campo, como a Samaritana, o dia em que seria adorado no íntimo de cada um, sem necessidade de sujeição ao Templo de Jerusalém ou ao Templo do Monte Garazim dos dissidentes samaritanos. Opunha às fantasias do formalismo religioso a idéia da religião em espírito e verdade. Era uma revolução da essência e não da forma, uma transformação substancial dos conceitos dominantes. Como se vê, um esforço para libertar o conceito, em sua pureza essencial, do domínio do mito. Conseguido isso, as estruturas do formalismo ruiriam por si mesmas. Não lhe interessava a criação de nenhum novo formalismo, de nenhuma religião especialmente firmada em suas palavras e tendo a sua imagem individual como ídolo. Ia direto e preciso ao objetivo: *devolver ao homem a sua liberdade perdida*. Livre dos resíduos mágicos primitivos e, portanto, do seu passado supersticioso, desvencilhado das encenações rituais da mitomania, o homem livre encontraria, no desenvolvimento da sua própria razão, a face da realidade, ou seja, da verdade, por trás da máscara da ilusão. O necessário era reintegrar o homem na sua autenticidade.

O princípio da doação é corolário do princípio da liberdade. Ao romper com a fantasia o homem se encontra consigo mesmo e se reconhece como humanidade, quebra os diques e barreiras de todas as formas de isolacionismo e se entrega aos outros em doação de amor. Essa entrega o identifica com Deus e o insere no plano divino da evolução. A essência e o objetivo de todas as religiões se fundem nesses dois princípios, o que revela o sentido de síntese superior de

todo o processo religioso que caracteriza o Cristianismo. Dessa maneira, a disciplina religiosa, que cada religião considera específica da sua estrutura, dispondo de técnicas próprias de introjeção de idéias e modismos impostos aos fiéis para agradar a Deus, é revirada do avesso para o direito. O homem livre trás em si mesmo a sua disciplina, que decorre dos princípios fundamentais da consciência humana. Como explica Bergson em *A Evolução Criadora*, a *moral aberta* do indivíduo superior, acima da *moral fechada* da sociedade, supera o nível formalizador da tradição e das acomodações pragmáticas. Não é uma moral imposta ou exógena, mas a moral espontânea e endógena que nasce das profundezas da experiência, regida pela razão e iluminada pela intuição. Essa a diferença fundamental entre o decálogo de Moisés, esquemática e rigidamente aplicado às condições agrárias e pastoris de Israel, e a Moral Cristã, livre e universal, que brota dos ensinamentos de Jesus como água borbulhante de uma fonte. A simplicidade e a naturalidade dessa moral, que não se consubstancia em preceitos próprios esquematizados, mas surge dos ensinamentos informais, das parábolas e dos exemplos de Jesus em forma de sugestões, age nas consciências por uma espécie de catálise espiritual. Não comporta técnicas de introjeção, pois não pretende impor ou dominar, mas tão somente atualizar as potencialidades do espírito.

A incapacidade das religiões cristãs para compreender a sutileza desse processo levou abnegados moralistas a formularem códigos e tratados em que a moral viva de Jesus se transforma numa espécie de pássaro empalhado num museu de antiguidades.

Enquanto não formos capazes de compreender que a disciplina da liberdade não é liberdade disciplinada, mas

disciplina livre, não teremos nenhuma possibilidade de sentir em nós mesmos o aflorar da moral cristã. Temos de transformar o nosso corpo carnal, como queria Paulo, no corpo espiritual da ressurreição, flexível e irradiante de luz, para realmente nos integrarmos na moral cristã. Não se trata de um processo místico de transformação milagrosa, mas do acordar do espírito, de um libertar da mente para a percepção das potências que trazemos em nós como estrelas ocultas num céu nublado. A liberdade e a doação de Jesus esperam ainda a nossa resposta. Até agora a reação cristã do mundo a esses desafios não compensou o sacrifício do Cristo.

A Liberdade Suicida

O homem é liberdade por se constituir no único ser da Terra que dispõe da liberdade possível em grau consciencial. Sua consciência é livre mesmo quando submetida a todos os graus possíveis de restrição da liberdade. A manifestação de sua liberdade pode ser impedida, mas na sua realidade íntima ela continua pura e inviolável. Só cederá às influências de um ambiente asfixiante da liberdade se o quiser. Essa é a sua tentação para a queda e a sua maior possibilidade de manter-se acima do nível de evolução moral do seu tempo. Basta-lhe, para isso, aceitar a cicuta, como Sócrates, o martírio e a cruz, como Cristo, ou preferir o isolamento social (exílio voluntário no meio social) como Croce, em meio ao fascismo, esperando que o féretro do regime liberticida passasse pela frente de sua casa. Não é omissos nem covarde o que assim procede ou que foge para lugares livres para poder continuar a luta pela liberdade. A sustentação da liberdade dispõe também da sua estratégia. Quem usa a estratégia possível para escapar à avalanche esmagadora e sustentar a chama do ideal em meio às trevas é mártir em potencial e herói em ato. Por tudo isso o homem não é só liberdade em si mesmo, mas também o *factor* da liberdade, ou seja, aquele que faz a liberdade. Fazer a liberdade é aplicá-la ao meio social.

No uso de sua liberdade individual o homem dispõe de vários meios possíveis para destruí-la ou implantá-la. Quando a destrói, destrói-se a si mesmo como homem e deixa de ser homem para se colocar na faixa intermediária da evolu-

ção entre o animal e o homem. A palavra covarde define essa sub-espécie, na qual também se integram os que abusam da força para ações liberticidas. Os que pactuam com os liberticidas por interesses pessoais ou de grupos são os réprobos da consciência e geralmente acabam condenados e executados pela sua traição nas mãos dos traidores.

Como *factor* da liberdade o homem procurou, em todos os tempos, encontrar a fórmula social e, portanto, política de se estabelecer e manter uma estrutura política livre, aberta à atividade comum de todos os que anseiam pela implantação de uma possível liberdade institucional. A forma grega da democracia política, revivida pela Revolução Francesa, expurgada da mancha escravocrata da instituição ateniense, parece ainda hoje a mais viável. Não obstante, os Três Estados da tradição européia – Reinado, Nobreza e Clero –, apoiados no poder militar, projetaram na República a sua sombra e a sua marca. O militarismo encontrou em Napoleão Bonaparte o gênio estratégico que se incumbiria de vingar os Estados sacrificados pela Revolução na era da liberdade. As cabeças cortadas pela guilhotina do terror serviram de pedestal para a cabeça arrogante do Corso, transformado em conquistador do mundo. O sonho de liberdade dos ideólogos franceses morreu nas estepes russas e foi enterrado em Waterloo. Mas a América o retomou implantando de novo a República que havia fracassado em Atenas, Roma e Paris. Não havia outro modelo a seguir. A República Americana de Washington manteve o sistema escravocrata do primeiro modelo grego que Roma adotara. E Lincoln, para extingui-lo, teve de imolar-se, desencadeando a guerra intestina dos interesses econômicos ameaçados. A ironia francesa vingou-

se da petulância dos ianques, enviando-lhes um presente de grego em modelo francês: a Liberdade em estátua.

Uma análise superficial desse esquema sucinto nos mostra que a liberdade não admite contradições. A democracia escravocrata da antiguidade pereceu por falta de legitimidade. A democracia americana conseguiu sobreviver ao extinguir oficialmente a escravidão. O sistema democrático fascinou o mundo e tornou-se o modelo convencional da preservação política da liberdade social. Mas por toda parte os regimes democráticos tiveram de escudar-se nas armas para sustentar-se. E como as armas defensivas da liberdade podem voltar-se contra ela nos momentos de crise e o desenvolvimento industrial criou o operariado e o campesinato em substituição à servidão medieval, a contradição social das classes e o desenvolvimento tecnológico se incumbiram de restabelecer, em bases econômicas definidas e em proporções gigantescas, o panorama das contradições internas da democracia política. Um profeta judeu extemporâneo e ex-bíblia, Karl Marx, amparado por um anjo de carne e osso, Engels, incumbiu-se de sonhar com um novo tipo de liberdade social em termos de dialética bíblica. A terrível batalha da liberdade social desencadeou-se no mundo sob a inspiração contraditória de Jesus e Espártaco. A liberdade em estátua da ironia francesa só não foi arrancada do seu pedestal porque a tecnologia da guerra também se desenvolveu rapidamente e envolveu o planeta nos seus tentáculos de aço e fogo. Asas metálicas, carregadas de bombas destruidoras de todas as esperanças, encheram os céus e peixes bíblicos, superiores ao que engoliu Jonas, infestaram os mares. O impasse da liberdade marcou os sonhos humanos com o signo da fatalidade, como o sinal de Deus na frente de Caim. O mundo se

dividiu em sistemas sociais e políticos antípodas e neles a liberdade continuou a voar como a pomba ingênua e o corvo inútil da Arca de Noé, anunciadores líricos de um fim de tragédia que apenas começava.

Essa parábola histórica repete aos nossos olhos e ouvidos as advertências e os ensinamentos de Jesus de Nazaré, denunciando ao mesmo tempo a contradição romana dos *si vis passe, para bellum*. A preparação da guerra a que hoje assistimos não nos dá nenhuma esperança de paz. O que temos pela frente é a terrível ameaça de uma guerra de devastação total, que já nos aniquila antes mesmo de deflagrar. Pode ser que a mão de Deus nos detenha na beira do abismo, para nos fazer retroceder trêmulos e humildes pelos caminhos da nossa loucura e da nossa arrogância. Só então compreenderemos, diante da evidência, que a liberdade criadora pode transformar-se, quando as ambições desmedidas dominam o espírito humano, numa forma de liberdade suicida. Essa forma de liberdade invertida nos acompanha desde que o mundo é mundo, mas fascinados pelos seus resultados parciais, nunca aprendemos as suas lições. A liberdade de estimular rivalidades, em proveito próprio ou de grupos, de exaltar o crime e conceder honrarias aos que sabem matar e destruir com habilidade e presteza, de preparar a juventude para a desconfiança, o ressentimento e o ódio e de usá-la em hordas armadas na engrenagem devoradora das lutas intestinas e das guerras contra todas as conquistas sacrificiais da Civilização. Essa liberdade suicida manifesta-se de muitas maneiras no desenvolvimento da cultura, alimentada pelos resíduos do instinto selvagem que deforma o juízo e envenena a razão. Liberdade suicida é também a dos artistas e intelectuais que se entregam ao delírio das concepções niilistas do mundo

sem finalidade, da vida sem sentido e do homem como senhor absoluto da Terra. Mas também é das filosofias das serpentes, sinuosas e venenosas, que fazem de Deus um tirano e do amor a Deus uma fonte de ódios e matanças. É ainda a das exaltações fanáticas e fantasiosas do patriotismo transformado em xenofobia, preparando o caldeirão das guerras de conquistas e subjugação; e mais do que tudo isso, a das doutrinas econômicas que reconhecem, propagam e defendem os direitos de espoliação, da capacidade transformada em virtude, da exploração organizada e sistemática das camadas inferiores da população, do direito de acumulação de riquezas em detrimento dos que só podem acumular miséria e desamparo, marginalizados como párias porque tiveram a desgraça de nascer dos pés de Brama e não da cabeça, como se a divindade se dividisse em contradições de bem e mal, superior e inferior como a estupidez humana. A tal ponto chegaram os excessos de liberdade suicida que voltamos à matança herodiana dos inocentes, na esperança de matarmos o enviado celeste que se atreva a nascer entre os homens e perturbar-lhes a rotina animalesca das ambições, na estranha sensação da corrida para a morte.

Em nome da jurisdição humana do planeta institui-se de novo o reino das bacanais para o gozo livre das sensações da carne sem o incômodo da continuidade da espécie. Werfhan denuncia corajosamente, nos Estados Unidos, os fins espúrios do neomaltusianismo, nascido das entranhas infames do racismo e criado nos seios estatísticos da mentira, para satisfação dos que vivem a negação do direito de viver aos que virão suceder-nos. Mas a sua denúncia soa no vazio, como um eco sem sentido que nos chega de mundos imemoriais. Os teólogos da linha nietzscheniana proclamam a morte de

Deus e a farândola da loucura dança em ritmo de agonia em torno do túmulo descomunal. É tão densa a loucura que, nesse pandemônio, os que vivem e se julgam no direito de gozar livremente a vida negada aos outros, acabam entregando-se ao suicídio dos tóxicos, renunciando ao privilégio que lhes é concedido. Implantando a incoerência das contradições, usam do direito do suicídio na tentativa inglória da fuga a si mesmos. A inteligência das elites, lembrando a esbórnica de Noé no Monte Ararat, para comemorar o êxito falso do dilúvio, atira-se nua e delirante, sem sequer um biquíni de lógica, ao mar sem horizontes que nasce de alam-biques para escapar ao mar poluído em que a morte é salgada e suja, como as barbas de Netuno. Sexo, alcoolismo e tóxicos formam a trindade diabólica que substitui a divina, desgastada na vendagem bimilenar dos estoques de simonia.

A liberdade suicida é a mais prática, a mais adaptada aos tempos de transição. Enquanto a liberdade vital implica responsabilidades esmagadoras para a frágil consciência da atualidade, a liberdade suicida proporciona prazeres imediatos e oferece a recompensa do nada. Sartre chegou à conclusão de que, diante do nada, a categoria filosófica do sério deixou de existir. Um homem sério não passa de um debilói-de ou louco manso contemporâneo dos megatérios. E não se pode recriminá-lo por isso, pois se toda a seriedade do passado nada mais produziu do que a baderna de hoje, é claro que os antigos solenes varões de fraque e cartola andavam de rabo e capacete para esconder a própria fraqueza. Eram uns tímidos fantasiados de varões de Plutarco e acabaram enter-rados nos mausoléus da hipocrisia. Esse raciocínio justifica as fanfarronadas de Mussolini e o histerismo sádico de Hitler. Dos três grandes da II Guerra Mundial, defensores da

liberdade ameaçada, pouco restou de sério. Roosevelt foi desmistificado pelo próprio filho, Churchill tramava em segredo a traição a Stalin e este, com seus bastos bigodes de czar vermelho, mandava os amantes da liberdade para as geleiras da Sibéria e os campos de trabalho forçado. A única figura realmente séria desse tempo foi Gandhi, que deixou-nos uma imagem de subnutrição que não conseguiu enternecer os glutões de após guerra e teve, por fim, como ironia do destino, a contrafação de Indira Gandhi a desgastar o seu nome nos desvarios do poder e na supressão das liberdades políticas. Sartre, que via o mundo com um só olho e acaba de perdê-lo, mergulhando na cegueira com a conformação de um santo, acabara canonizado pelo Vaticano em substituição a algum santo cassado. O próprio Cristo, que os teólogos da Morte de Deus nomearam substituto eventual do falecido, está ameaçado em seu prestígio, pois o Papa atual declarou, recentemente, que *quem não acredita no Diabo não é cristão*.

Nesse desmoronar de um mundo que envelheceu demais e revela sinais indisfarçáveis de agonia, só deverá sobrar para as gerações futuras, se existir a herança do nada, esse conceito que Kant considerou vazio, o único desprovido de conteúdo. Outra curiosa concepção de Sartre, corolário dessa, é a da consciência vazia. Esse terrível antagonista de Deus, mito mais importante que o Diabo, empenhou-se em mostrar que, se Deus tirou o mundo do nada, ele o devolveria ao nada. Caolho de nascença, não temia nada e tudo perfurou com a soveia do seu olho único. Como nenhum Davi apareceu para furá-lo, nem mesmo na resistência francesa, ele próprio se incumbiu de devolver o seu olho ao nada com doses maciças de anfetamina, enquanto escrevia seu

último volume monumental, a *Crítica da Razão Dialética*. Certo de que vai mergulhar na frustração do nada, sem atingir a divindade na transcendência, afirmou que a consciência reflete o mundo e para fazê-lo só pode ser vazia. Um psicanalista lhe disse que ele não possui superego. Sartre concordou plenamente com o especialista, embora não acredite na Psicanálise. Para que lhe serviria o seu superego, se o que lhe interessa é o ego? Uma carga a menos para carregar na existência sem sentido e sem proveito. Frio e generoso, um perdulário das gorjetas, quando lhe perguntaram por que motivo distribuía tanto dinheiro aos garçons de cafés e hotéis, respondeu na linha do seu socialismo livre: *Quem vive de gorjetas precisa recebê-las*. Considerando o mundo opaco e rígido, defendeu sempre a liberdade porque *o homem é a única brecha de liberdade no mundo e tem a obrigação de defender a sua livre posição*. Apesar disso, considera que *os outros são o inferno* e quando visitou a Rússia só aceitou o programa da visita, feito pelo Partido, quando este concordou em lhe conceder uma boa cota de solidão para escapar ao inferno. Tudo isso e mais a teoria da angústia fizeram dele o expoente do Existencialismo Ateu. Juliette Greco explorou a sua presença contínua no Café de Fiore para instalar ali o seu reino artístico de Musa do Existencialismo. Simone de Beauvoir lhe perguntou porque permitia isso e ele respondeu que o problema era da cantora. É sem dúvida o precursor do *cada um na sua*. Não obstante, a liberdade sartreana não é individualista e gratuita. Tornou-se comunista e deixou o Partido por falta de liberdade. Considerou sua filosofia, humildemente, como um simples enclave do marxismo, destinado a insuflar-lhe um sopro de liberdade. Essa figura atual e atuante, apesar da cegueira recente, é sem

dúvida o maior campeão da liberdade em nosso mundo. Entusiasmou-se com Fidel Castro e escreveu um livro sobre ele, mas acabou condenando-o por causa da falta de liberdade em Cuba. Com Bertrand Russel fundou o Tribunal Internacional para julgamento dos crimes contra a liberdade, com base nos julgamentos do Tribunal Aliado que em Nuremberg condenou os criminosos de guerra nazistas. Não podendo instalar o Tribunal na Inglaterra nem na França, instalou-o na Suíça. Um tribunal estritamente consciencial. Suas condenações pesam na consciência das nações que praticaram e continuam a praticar os crimes da liberdade suicida. A importância da filosofia de Sartre está na razão direta da sua compreensão da importância da liberdade. Suas contradições são a marca da liberdade de pensar em sua trajetória filosófica e em seu comportamento individual.

Não podemos condenar Sartre por seu ateísmo, que é o fruto natural de uma época de deslavada exploração de Deus em todo o mundo. A insinceridade dos adoradores interesseiros do Todo Poderoso o levaram ao ateísmo. Infenso à metafísica, teve de servir-se dela em *O Ser e o Nada* para explicar a projeção do ser na existência como sendo o *em-si* de Hegel, naturalmente *à la Sartre*, o que também pode ser interpretado como *à la carte*.

A contribuição mais importante de Sartre para a questão da liberdade talvez seja a da consciência vazia, justamente a que mais escandaliza os construtores da consciência. Com essa parábola filosófica ele nos lembra que a consciência só existe quando voltada para o mundo, para os seus problemas e as suas angústias. Uma consciência estruturada à moda clássica, com todos os ingredientes históricos que lhe atribuem, geralmente se perde em si mesma e se desliga da reali-

dade exterior. É preferível tê-la vazia, aberta a toda a realidade, do que recheada pela massa histórica das tradições, que amarra o homem ao passado. Uma consciência livre esvazia-se como fez Descartes com a sua, de todos os preconceitos e superstições que deformaram o homem e produziram a sua queda, seguindo a proposição de Rousseau. Os homens demasiado sábios sabem muito das experiências alheias e pouco ou nada das suas mesmas, que são as mais importantes para compreensão da liberdade.

Quanto às crenças do passado, transmitidas pela tradição cultural, merecem estudo e pesquisa, como disse Descartes ao sair do Colégio Jesuíta de La Fleche. Que prova ou garantia nos dá da existência de Deus o que a afirma só porque recebeu a informação dos velhos crentes desaparecidos? O princípio da liberdade exige a franquia plena do pensamento filosófico em todas as direções do Conhecimento, para que este se torne válido. As consciências carregadas de experiências alheias são carretas pesadas de mercadorias muitas vezes deterioradas, sem agilidade suficiente para a aventura das pesquisas e sem mobilidade para variar de direção. Cada consciência é realmente um refletor do mundo e sua mutabilidade é constante, o que vale dizer sem sua instância criadora. Os tempos dos alfarrábios e dos sábios milenares morreu na última visita da rainha de Sabá ao Rei Salomão, que a aproveitou para gerar a raça abissínia, o que muito honra a tradição da Etiópia. Como se vê, foi de um ato de amor livre, entre nobres figuras reais, que nasceu na Terra uma nova raça dotada de bravura leonina, exemplo de livre miscigenação nos tempos bíblicos. Não fosse esse ato, a Etiópia jamais teria deixado de ser um domínio dos leões em luta com tribos negras selvagens.

Amor e Sexo em Liberdade

A expressão *amor livre* encerra, na sua ambigüidade, todo um panorama sócio-cultural de abusos, desmandos, ignorância e brutalidade, aviltamento da espécie, arrogância masculina e crimes passionais. Amor e liberdade são irmãos gêmeos no processo de transcendência. Um não pode existir sem o outro. Onde existe amor existe liberdade e vice-versa. Onde não existe liberdade o amor é uma fase gerada pela sujeição, que tanto envilece o tirano como a vítima. Entende-se geralmente por *amor livre* o direito à prática de relações sexuais sem nenhum compromisso e responsabilidade. Mas essa prática só revela uma forma de liberdade, que é a liberdade inconsciente e animalesca, presa aos instintos genésicos e desvinculados do amor. A instituição oriental dos haréns, com seus guardas eunucos, vigentes ainda hoje, mostra-nos corretamente a natureza dessa suposta forma de amor. A mulher é considerada como simples mercadoria de consumo masculino, estocada nos haréns para o repasto do homem. É a forma mais aviltante de desumanização da mulher. O sistema chinês de concubinação, já felizmente extinto, conservava pelo menos a dignidade de preferências afetivas. No Ocidente, menos formalista e mais irresponsável, a prostituição pura e simples, com seus bordéis em forma de botequins do sexo, democratizou esse aviltamento na linha do capital aberto, de que todos podem participar, desde que paguem suas cotas. O *amor livre* é uma derivação desses sistemas. Nessa derivação a mulher se reabilita pelo direito de opção e rejeição, escapando à condição de objeto por igualar-se ao homem com a exclusão do comércio e dinheiro. Nessa liber-

tação pode haver o amor poligâmico numa escala de preferências em geral rotativas. Mas a responsabilidade está naturalmente excluída pela própria heterogeneidade da prática sexual e a ausência de sua finalidade principal. Predomina necessariamente nessa liberdade restrita o interesse erótico, a neofilia ou desejo de variedade na busca de prazeres sensoriais.

Não podemos encarar a finalidade principal do amor como sendo a procriação. Temos de levar em conta um conjunto de motivos que formam essa finalidade: a busca de comunicação afetiva que só se completa na fusão espiritual de dois seres que se atraem por afinidade total, como duas metades que se voltam à unidade perdida; a necessidade de equilíbrio físico e mental implícita nas condições biológicas da criatura humana; as múltiplas exigências dessas mesmas condições no tocante à transcendência horizontal (relacionamento social) e no tocante à transcendência vertical (sublimação, busca de Deus). Todo o lirismo do amor se resume nessas exigências orgânicas, psíquicas e espirituais que se conjugam nesse conjunto de fatores que levam à procriação, à projeção do casal na família, na sociedade e na cultura.

Toda essa complicada problemática é simplesmente esquecida pelos propagandistas do *amor livre*, que liberta o homem de seus compromissos superiores para escravizá-lo ao sexo, ao plano inferior dos prazeres sensoriais. Não há, portanto, nenhuma forma de liberdade real nesse sistema que se convencionou chamar de *amor livre*, pois a liberdade que leva à frustração de si mesma é apenas ilusão de liberdade. Isso, entretanto, não justifica a monogamia institucional forçada, sistema imposto pela tendência tirânica dos agrupamentos sociais, naturalmente dotados do instinto de con-

servação, que pressupõem inconscientemente a sua durabilidade existencial com base nos processos de coação legal. O matrimônio indissolúvel é uma violência da sociedade contra os direitos individuais. Dessa violência resulta a destruição da família legal, que se pretende defender e consolidar; pois a negação do divórcio ou o seu estabelecimento em condições opressivas e dificultosas gera progressivamente a proliferação das famílias paralelas e ilegais. A dissolução do chamado vínculo conjugal não se dá por motivos ou concessões legais, mas por fatores endógenos da vida social do casal, sempre oriundos de desajustes irreparáveis. Alegar contra o divórcio o problema dos filhos é sofismar, pois esse problema pertence à área dos precedentes da separação de casais. Com divórcio ou sem ele o problema dos filhos de casais separados subsiste na mesma maneira, sendo o divórcio a única terapêutica possível para o mal social que provém de uniões infelizes. Isso é tão evidente que mesmo nos Evangelhos a concessão do desquite e do divórcio é aceita por Jesus, que considera o adultério como motivo legítimo para ele. Dessa concessão evangélica surgiu a fórmula novaiorquina do divórcio, que na sua estrita exigência do adultério produziu a indústria dos flagrantes de adultério nos Estados Unidos e a facilitação abusiva do divórcio além do Estado de Nova York, em pequenos estados como Novo México, onde a indústria é simplesmente de divórcios.

Como se vê, toda tentativa de burlar as leis naturais da espécie através das leis artificiais da sociedade resultam em maiores prejuízos. O mesmo aconteceu com a lei seca nos Estados Unidos e as leis e campanhas anti-religiosas na URSS, bem como no tocante aos processos artificiais de abolição da propriedade privada, que o Estado Soviético teve

de modificar progressivamente em favor de sua própria segurança. As leis humanas, como assinalou Kardec, evoluem ajustando-se aos modelos das leis naturais, que são as leis de Deus.

No tocante aos problemas genésicos, o homem é um pêndulo que oscila constantemente entre dois planos: o animal, de que provém na sua filogênese evolutiva, e o hominal, no qual ainda luta por ajustar-se. Todos os esforços no sentido de impor ao homem um sistema moral que contraria os poderosos impulsos da sua sexualidade produzem resultados contrários. A sexualidade humana é ainda a sexualidade animal em transição para o plano hominal. Entende-se por sexualidade a lei geral que rege os processos genésicos de todas as espécies: vegetais, animais e humanas. O homem, ao desenvolver os poderes da inteligência até o plano superior da razão e da consciência, tornou-se capaz e ao mesmo tempo obrigado a controlar os seus impulsos sexuais. Lembrando a domesticação dos animais selvagens, podemos dizer que a sexualidade selvagem tem de ser domesticada pelo homem. Daí os cilícios e penitências dos místicos religiosos para dominar os anseios sexuais, caindo em dolorosas frustrações.

O domínio da razão só se impõe aos poucos, na medida em que o homem se ajusta na condição humana. Então as energias da sexualidade vão sendo canalizadas para as instâncias superiores da personalidade, refinando-se sob a ação do desenvolvimento afetivo, do aprimoramento da sensibilidade. A afeição pelos familiares, pelos amigos e companheiros, na progressiva compreensão da natureza humana dos outros, desperta a mente e afina as cordas do coração. Assim nasce o respeito pela mulher e com ele o respeito supersti-

cioso e até mesmo sagrado pelo sexo. Mais tarde, nos entrecortes das experiências vitais, no despertar das ambições e das rivalidades grupais e raciais, surgem as discriminações perigosas, em que a mulher do inimigo, as mulheres de outras raças permitem a volta à libertação das paixões inferiores para o livre gozo das sensações animais, sem os freios do afeto e da responsabilidade. Mas essas fases de retrocesso passam, deixando marcas violentas na consciência em desenvolvimento, trazendo conseqüências desequilibradoras que vão corrigindo os excessos e determinando medidas de repressão individual e coletiva. Do próprio determinismo da facticidade, através das experiências, brota a liberdade necessária ao desenvolvimento das potencialidades do espírito.

Justificando a tradição israelita do divórcio, Jesus declarou que Moisés a concedera em virtude da dureza dos corações humanos e acrescentou que *no princípio não era assim*. Kardec estabelece, no exame desse trecho, a diferença entre os tempos primitivos, em que o amor nascia espontaneamente e as uniões estavam livres das influências estranhas, com o tempo de Moisés, em que o avanço da civilização criara disparidades profundas entre homens e famílias em virtude do enriquecimento material, o apego às posses e às posições sociais. Porque a partir dessa fase em que a jurisdição humana disciplinava a vida social, até os nossos dias, as uniões passaram a ser praticamente regidas por interesses estranhos à afetividade pura. Os casamentos por interesses determinaram e determinam uniões forçadas pelas famílias e as exigências sociais. As separações de casais, que afetam a vida dos filhos, provêm desses desajustes gerados pelo desrespeito à lei de afinidade, aos sentimentos reais das criaturas, o que vale dizer o desrespeito à lei do amor. Este é um dos

casos em que se faz bem clara e precisa a intervenção da liberdade humana no determinismo das leis naturais. O homem tem o poder de violar o seu próprio destino e o destino dos outros, mas não escapa ao determinismo das consequências de sua temeridade.

Há uma margem de flexibilidade entre o determinismo natural e o determinismo artificial da ordem humana. Essa margem permite o entrosamento da ordem legal das instituições humanas. Sem essa margem não haveria experiências nem evolução para a espécie humana. A falta de compreensão ou visão desse processo leva à disparidade das opiniões entre pensadores sistemáticos, uns defendendo o princípio do determinismo absoluto, outros o princípio da liberdade absoluta. A verdade é que vivemos num plano de relatividade e o absoluto só aparece, nesse plano, como a ilusão de espíritos autoritários, que fazem a dura experiência do autoritarismo em termos de vaidade e arrogância. O livre-arbítrio do homem, que é o campo específico da sua jurisdição experimental, cria a ordem humana, o mundo dos homens, como esboço impreciso da ordem divina. A liberdade humana de criar e destruir são necessárias ao desenvolvimento consciencial, mas está sempre ligada ao plano das experiências, o que vale dizer enraizada na ordem natural.

A dependência do homem a Deus é semelhante à dependência do filho ao pai. A criança nasce lançada na ordem familiar criada pelo pai e nela se desenvolve. A princípio é uma criaturinha inerte e parece inteiramente moldável. Mas na proporção em que se desenvolve vai revelando a sua personalidade oculta. Não é a cera que parecia ser, a tábula rasa dos empiristas ingleses. É humano estruturado em razão e vontade que afirma a sua liberdade e a defende. Kardec

notou: *A criança nasce com a roupagem da inocência, mas não é inocente.* Isso é decepcionante, como todas as verdades que contrariam as nossas ilusões. Cabe aos pais adaptá-la ao meio e para isso contribuem à sua dependência o seu instinto de imitação. Mas se a forçarmos e tentarmos submetê-la totalmente ao nosso modo de ser ela se rebela. A rebelião do homem ante as imposições arbitrárias do meio, da sociedade, das instituições religiosas e escolares produz o rompimento das novas gerações com a tradição e gera o materialismo (esse apego da criança ao seio materno) e o pragmatismo, que é a crítica do adolescente ao mundo que encontrou feito e no qual terá de ajeitar-se para viver. Determinismo e liberdade mais uma vez se definem nessa interação do homem com o meio e com o seu destino no mundo. Todas as opções estão à sua frente e tudo ele pode fazer, *mas nem tudo lhe convém*, como escreveu Paulo, o apóstolo. Opção e rejeição constituem a medida da sua liberdade no condicionamento do mundo. Os fatores exógenos que podem influir no seu comportamento podem também ser rejeitados pelo seu discernimento e a sua vontade.

A expressão *amor livre* implica a existência do amor escravo ou tirano. Mas quem ama realmente não conhece essas deformações. O amor é livre em si mesmo, brota da espontaneidade das almas afins. O amor escravo ou forçado é uma aberração do comportamento, produzida pela ausência de liberdade nas estruturas sociais. A coação social nunca foi mais criminosa do que nos tempos, ainda bem próximos de nós, em que os pais escolhiam as noivas dos filhos e estes se casavam sem sequer haver conhecido a noiva ou o noivo com a necessária antecedência. As criaturas bem nascidas, filhas de reis e nobres, foram na verdade as mal nascidas dos

séculos passados. Tiveram de suportar constrangimentos penosos durante toda a existência, na companhia de pessoas com as quais não tinham a menor afinidade. O que disso resultou para a sociedade do tempo e as sociedades futuras, em prejuízos morais e afetivos, em amarguras e desajustamentos, nunca poderemos avaliar. Mas há também o problema da impossibilidade circunstancial, não determinada por ninguém, forçada por situações sociais ou atos impensados. Nesses casos a responsabilidade pesa sobre a leviandade das próprias vítimas. E há os casos de compromissos do passado, de responsabilidades assumidas e não cumpridas em vidas anteriores, dos chamados resgates de dívidas morais, em que a noiva ou o noivo não são o que parecem, mas cobradores exigentes que chegam disfarçados e cobram *ceitil por ceitil* em vidas tormentosas. No entanto, é desses tormentos, quando suportados com abnegação, com doação de si mesmo pelo cônjuge sacrificado, que vai resultar a libertação de ambos em vidas futuras. A liberdade sempre triunfa sobre os escombros da tirania. É difícil aceitar-se e compreender-se isso no momento em que o jugo esmaga os corações. Entretanto, esse aparente determinismo, na forma de logro ou imposição brutal das circunstâncias, foi produzido pelas ações livres de outros tempos. Dessa maneira, na engrenagem do determinismo, está presente o óleo lubrificante da liberdade, que facilita o seu funcionamento, acelerando o momento da libertação ou atenuando as angústias da provação com o nascimento de filhos amorosos que compensam os sacrifícios passados e presentes, anunciando a liberdade futura.

Um caso tocante ocorreu na História do Brasil e ficou registrado como exemplo de dignidade afetiva: o amor de

Dom Pedro II pela Condessa de Barral. Viveram juntos no Paço, respeitando-se mutuamente e cumprindo à risca os seus deveres. A consciência estabeleceu e manteve a barreira necessária entre ambos, que se apoiavam reciprocamente no cumprimento de suas funções. O determinismo os colocou frente a frente em condições propícias para um dos escândalos tradicionais do Império, quando Pedro I deixou um exemplo que o filho rejeitou. Os princípios morais do Imperador e da Condessa prevaleceram sobre todas as condições determinantes, provando historicamente a possibilidade da liberdade humana nas situações mais difíceis.

Os mais belos sonhos de liberdade são também sonhos de amor, porque amor, sonho e liberdade formam a tríade das grandes aspirações humanas. Mas há uma contradição fatal nos sonhos de amor. Os amantes desejam unir-se na plena integração de si mesmos acima de toda realidade possível. Mas nessa tentativa de fuga a tônica dominante é o desejo de posse. E realizado esse anseio eles logo percebem que o sonho se esfumou por completo, restando-lhes apenas a dura realidade da vida em comum, com sua rotina inevitável. Desfaz-se o encanto do desejo e surge o fastio. Dom Juan e Madame Bovary simbolizam a inquietação do amor nunca satisfeito, que leva à busca desesperada de outros amores. Só os espíritos com pouca imaginação acomodam-se na tristonha poltrona da rotina e nela encontram a paz das águas mortas. Por que estranho motivo acontece isso? Porque os amantes buscaram o amor através do sonho e o encontraram, mas tiveram de pagar o preço da liberdade. A tríade perdeu o seu pedestal. Sem liberdade não há sonho nem amor, só pode haver amizade e tolerância, que são elementos da rotina universal das relações humanas. Essa

queda no comum, no banal, no cotidiano, exaspera os que sentem o anseio dos grandes remígios do espírito.

Se pudéssemos ensinar aos jovens o segredo do amor sem apego, sem a exigência egoísta da posse permanente, livrariamos os casais do desgaste fatal do amor no decorrer da idade. Quem considera uma coisa ou um ser como sua propriedade exclusiva e tem a certeza do seu domínio, perde inevitavelmente o interesse pelo objetivo atingido e ultrapassado. Esse objetivo deixa de ser um anseio e passa à categoria de posse. Não há mais liberdade na relação amorosa, mas obrigação e dever. O vínculo matrimonial e a pressão da família e da sociedade anulam toda sensação possível de liberdade. A deusa dos sonhos líricos e o príncipe encantado perdem ao mesmo tempo todo o lirismo e todo o encantamento. As imperfeições, as deficiências, as fraquezas do ser amado revelam-se à luz morna da rotina e desfazem todo encanto.

Só no amor profundo e verdadeiro, que não paira na superfície das aparências, pois se constitui de afinidades anímicas, enraizadas no espírito e não no físico, o encanto não se desfaz porque a liberdade não se apaga. O respeito mútuo se conserva e alimenta a liberdade recíproca. O ancião que beija com ternura a fronte da esposa envelhecida nunca a desejou com ímpetos de fúria, mas sempre a admirou no silêncio da devoção. A esse par invariável chamam de almas gêmeas e Balzac aproveitou o tema para elaborar uma das suas dicções mais impressionantes: a de *Spirite*, estranha criatura que deslizava nas geleiras da Noruega confundindo a todos que a viam; para os homens parecia mulher e para as mulheres parecia homem. Eram duas almas fundidas num só corpo gozando da liberdade plena e permanente dos espíritos

afins. Quando se parte o pão da liberdade na mesa do amor puro, as migalhas se convertem em estrelas.

A Maternidade Livre

Na Antigüidade a mulher estéril ou que não se casava era desonra para a família. O valor da mulher estava no seu poder de atrair homens e mostrar-se fecunda para a maternidade. Dar a luz era receber uma bênção do Céu, pois abençoada era a mulher que gerava filhos para povoar a Terra e fortalecer as nações. A prostituição sagrada fazia parte dos ritos da fecundidade e as virgens se entregavam aos forasteiros no recinto ou nas escadarias dos templos dos deuses eróticos. O nascimento de uma criança representava mais força e poder para o seu povo. Só as virgens que se colocavam ao serviço dos deuses não eram desprezadas pela sua virgindade. Essa ambivalência no tocante à virgindade decorria de cultos contraditórios: os da fecundidade e os da castidade. A função principal da mulher era procriar, mas se ela se punha a serviço de uma deusa sua castidade era uma oferta sagrada e não podia ser violada. As vestais, por exemplo, que desde a adolescência se dedicavam a Vesta, só aos 30 anos podiam renunciar ao voto. Em Roma, se o transgredissem antes dessa idade deviam ser enterradas vivas para desafrontar a deusa. O aparecimento das virgens-mães não se deve apenas ao mito solar, mas também a essa ambivalência da virgindade. Ser virgem e mãe ao mesmo tempo era possível quando um deus fecundava uma virgem sem com isso violá-la. Então ela era duplamente sagrada, pela fecundidade e por haver servido aos deuses. Pitágoras nasceu do deus Apolo, que se apaixonara pela esposa de Mnesarcos, chamada Pártenes, a mais bela mulher da Ilha de Samos. Mnesar-

cos, envaidecido com a preferência de Apolo por sua mulher, ergueu um templo em honra ao deus.

Ao contrário disso, no mundo judeu-cristão que sucedeu ao greco-romano, a virgindade tornou-se um tabu de pureza e as jovens que a perdiam eram consideradas impuras. A própria criança inocente que nascia de uma violação era também renegada; longe ia o tempo em que o nascimento de uma criança purificava a mãe que cedera à tentação de Eros. Só na Idade Média, e com relação apenas a Jesus, a pureza da virgem mãe se restabeleceria com a expressão atribuída pelos mitólogos à Constelação da Virgem, e segundo a qual a virgem mãe era virgem antes, durante e depois do parto. Essa expressão, na Antigüidade, não correspondia apenas ao mito solar, mas também à mãe humana que tivera um filho de um deus. Mas houve muita fraude e muito embuste sacerdotal com essa crença, o que transparece na própria desconfiança dos judeus do tempo, com a lenda do nascimento de Jesus por obra do Espírito Santo. O agudo senso prático dos judeus repelia o estranho nascimento e logo surgiu a estória do soldado romano que teria violado Maria à força. Renan, tão malsinado pelo clero cristão, provou que essa estória era também fantástica. Sholem Asch, o último grande escritor judeu da língua ídiche, aceita em suas obras o mito evidente do nascimento virginal de Jesus. Asch foi um homem estranho, uma espécie de judeu-cristão, empolgado pela mitologia do Cristianismo e, no entanto, apegado ao judaísmo. Segundo afirmava, suas biografias romanceadas de Jesus, Maria e Paulo baseavam-se nas tradições da cabala judaica, o que parece fantasioso, pois os rabinos e os cabalistas jamais aceitaram as lendas referentes à vida de Jesus.

No *Corão*, que é a bíblia dos maometanos, o nascimento de Jesus é descrito com uma espécie de ironia ingênua. Maria teve a revelação do anjo na casa dos pais. José não aparece no relato. O anjo ordenou-lhe que arrumasse algumas roupas e fugisse para o deserto. Acomodou Maria em baixo de uma tamareira e fez nascer uma fonte ao lado. Ela permaneceu ali até que o menino nasceu. Então o anjo lhe ordenou que voltasse para casa e contasse o que se havia passado. Maria voltou com o menino nos braços e a família se assustou com a sua *estranha aventura*. Ninguém acreditou na sua estória. Mas o menino recém-nascido falou, para espanto de todos, reafirmando a versão da mãe. Só então a família a aceitou como fecundada por Deus.

Os teólogos medievais, delirantes, impregnados pela cultura mitológica e as visões místicas, serviram-se da Filosofia grega para formular o dogma do nascimento virginal. A estória maometana foi rejeitada como herética e o dogma cristão imposto ao mundo a ferro e fogo. Esqueceram-se de que o delírio de Maomé serviria ao menos para sustentar a primogenitura do Cristo. A violência cristã, atribuída à ira de Deus que brotava ameaçadora dos textos judaicos, subjugou os povos bárbaros e impôs as decisões conciliares da Igreja por todo o mundo dominado pelo Império do Ocidente e do Oriente. Os mitos se faziam História.

Ainda hoje, entre as populações simples e beatas das nações modernas ocorrem de quando em quando nascimentos virginais. A tendência humana para o maravilhoso salva assim, embora através de episódios isolados, os direitos da maternidade livre. Enquanto isso, os direitos da maternidade legal, ainda hoje condicionados pelos usos e costumes do mundo burguês, herdeiro complacente das pretensões e

preconceitos feudais, luta para negar os direitos da própria maternidade institucional, negando a liberdade natural da procriação. A castração dos eunucos no feudalismo oriental projeta-se em nosso tempo como medida científica e oficial dos governos, que tiram dos pobres a liberdade de reproduzir-se. Implanta-se na Terra, em nome dos direitos humanos universalmente violados, o novo império de Sodoma e Gomorra.

O tabu da virgindade, que esmagou gerações inteiras de jovens sadias e prolíficas e semeou na Terra os mais repugnantes crimes de suposta violação da honra familiar, está sendo derrotado pela sodomia institucionalizada dos anti-concepcionais e da cirurgia da castração, em nome de um controle de natalidade que só interessa às nações superpovoadas e por isso mesmo superdesenvolvidas. A liberdade das nações, como a liberdade dos homens, depende das condições de hígidez física e mental das populações. Se o tabu da virgindade encheu o mundo de crimes e loucura, transformando de jovens sadias e prolíficas em multidões de criaturas histéricas, recalcadas e hipócritas, o tabu da maternidade, estúpido, egoísta e criminoso, que atenta contra todas as formas de liberdade humana, o inundara de aberrações sexuais, como já está acontecendo aos nossos olhos. O direito de procriar não é apenas direito, mas também dever. Toda criatura sadia e consciente de sua humanidade, ou seja, de sua condição humana, tem o dever de contribuir para a renovação das gerações e o direito de realizar os seus anseios naturais de maternidade e paternidade. O Estado que se arroga o direito de intervir nesse problema pessoal, de natureza ôntica, ligado às exigências vitais do ser, assume a

atitude totalitária do Leviatã de Hobbes, torna-se um tirano da população que deve defender e proteger.

O controle da população planetária é função das leis naturais. Cabe ao homem o controle da distribuição da população e dos seus meios de subsistência, bem como de suas condições de saúde. Fala-se na falta de alimentos e toneladas de produção perecem nos campos por falta de meios de transporte ou em virtude do alto custo destes. Fala-se em superpopulação das zonas metropolitanas enquanto imensas extensões territoriais continuam abandonadas e vazias. Toda intervenção do homem nas áreas que não lhe pertencem, que não estão sob sua jurisdição, causam prejuízos e catástrofes, como se viu no caso da disseminação atômica, que envenenou o planeta e o mantém sob ameaça de destruição; no caso dos inseticidas, que descontrolou o equilíbrio ecológico; no caso da tecnologia, que resultou na poluição universal com ameaça pendente de aniquilamento de espécies animais úteis e proliferação de espécies daninhas; no caso de petróleo, cuja extração excessiva e sem controle prejudicou o equilíbrio das camadas geológicas e a exaustão das jazidas. O homem tem o direito e o dever de tudo investigar e mesmo aproveitar, mas com o respeito necessário para com as leis naturais que respondem pela sua própria existência na Terra. É uma simples questão de bom-senso e de reconhecimento de seus limites. As leis reguladoras dos direitos das famílias são necessárias, mas quando interferem no campo genésico ameaçam desequilibrar a espécie e destruí-la. Toda supressão da liberdade nesse campo ameaça a Humanidade.

A asfixia das funções sexuais na mulher é um ato de necrofilia psicológica, uma repressão das suas poderosas energias vitais destinadas à maternidade, o que vale dizer à pro-

pagação da vida. Todo o seu organismo se ressentia com essa violência, acarretando-lhe distúrbios e angústias. Seu psiquismo é dominado por um sentimento de frustração, de inutilidade, mesmo quando se entrega a atividades que considera absorventes. Vítima de uma sociedade preconceituosa e hipócrita, carregará pela vida o fardo do seu fracasso biológico, imposto pela ameaça permanente da desonra que, ao menor deslize, cairá sobre ela e a família. No próprio idioma é obrigada a carregar a marca permanente de sua condição excepcional. Mesmo na velhice a chamarão de senhorita e não de senhora, obrigada a expor a todos a sua tragédia íntima. E sente-se obrigada a repetir constantemente a mentira social de que viveu sempre tranqüila e feliz, livre dos trabalhos, sofrimentos e preocupações das mulheres casadas. Todas as formas de coação lhe são impostas, desde criança, para que pareça assexuada ou fria, desprovida de qualquer impulso sexual, essa mancha social e pecado carnal que não se conforma com a pureza virginal. Se lhe aparece a oportunidade de casar-se na maturidade, sente-se ridícula e ridicularizada com a sensação de entrega ao pecado, que lhe inculcaram através dos anos de repressão disfarçada.

Que direito tem a família e a sociedade de impor esse suplício à mulher, concedendo aos homens a liberdade plena e até mesmo excessiva no plano sexual? As rebeliões são muitas, naturalmente. As que se atrevem a arriscar a maternidade livre são marcadas com o estigma de mãe solteira que se transfere automaticamente aos filhos em termos pejorativos. E mesmo quando conseguem reparar o crime da maternidade natural através da sanção social do casamento, continuam a carregar a censura do ato inominável que praticaram na linha desonrosa do *amor livre*. A moral hipócrita e formal

não as condena apenas a esse suplício brutal de viverem contra si mesmas, pois grande parte delas são lançadas na prostituição. Por outro lado, ocorre o mesmo com as desquitadas, infelizes no casamento, que a sociedade e as leis subservientes de muitos países adotam em lugar do divórcio. O pior é que respondem por isso os representantes de Deus na Terra, através do poder da Igreja, condenando em nome do Cristo o que o próprio não condenou. A moral evangélica permite o divórcio, é complacente com as vítimas da moral social e coloca o amor acima de todas as convenções humanas. Mesmo no caso do celibato do clero, uma instituição da necrofilia cristã, houve a necessidade de permissões oficiais da Igreja para rompimento do voto sagrado com o pagamento de taxas especiais. E ainda hoje o Tribunal da Sacra Romana Rota concede aos fiéis em dificuldades conjugais o recurso da anulação do casamento através do pagamento das taxas estipuladas. As reformas atuais da Igreja não fecharam essa válvula de escape, antes a aprimoraram, segundo decisões recentes, anunciadas neste ano de 1977. Graças a isso os casamentos religiosos feitos por interesses de família ou exclusivamente econômico-financeiros podem dissolver-se, apesar da santidade do sacramento do matrimônio, com o poder miraculoso do dinheiro, em qualquer nação do mundo e à revelia das suas leis humanas, que não podem sobrepor-se às leis divinas da Igreja. As panelas de pressão não podem prescindir de válvulas e estas geralmente são vendidas nas casas do ramo.

As religiões orientais são necrófilas, mais voltadas para a morte do que para a vida. O judaísmo foi a grande exceção pragmática nesse quadro fantasmal de visões celestes. Nascido das entranhas do Judaísmo, o Cristianismo herdou e

desenvolveu o seu pragmatismo com sua expansão no Ocidente. Jesus de Nazaré foi uma ave estranha na paisagem asiática. Desprezou totalmente a pomposidade religiosa oriental, criticou a arrogância dos mandatários divinos, desrespeitou as leis rigorosas do Templo e seguiu o roteiro dos rabinos populares, simples e atrevidos, como o fizera João Batista, mas evitando até mesmo o formalismo popular de seu precursor. Sua simplicidade de vida e sua franqueza o levaram ao escândalo final da cruz. Mas os seus seguidores pós-apostólicos deixaram-se levar pela tendência oriental da pomposidade e o transformaram num mito de tipo grego, que acabaria no trágico para salvar o mundo. A Igreja copiou o Templo e encheu o Cristianismo europeu de pompas arquitetônicas e rituais suntuosos. Atingiu a megalomania ao ser oficializado pelo agonizante Império Romano e instituiu o sacramento da Eucaristia, em seu servo obediente, obrigando-o a transubstanciar-se nas espécies sagradas da hóstia. Deus não pode recusar-se a esse ato, o que limita a sua onipotência à potência humana do padre. Assim, a liberdade absoluta de Deus desaparece nas mãos do sacerdócio. Além disso, Deus concedeu aos homens, quando investidos de ordens sacerdotais, o poder de perdoar pecados, o que nem os anjos podem fazer. Isso provocou a revolta dos anjos contra o protecionismo do Senhor Supremo a uma espécie mortal e trapaceira. Foi por essas e outras que os padres tomaram conta do mundo e sujeitaram os povos aos seus poderes. Nunca se tinha visto na Terra, até então, nenhum homem dotado de tanto poder como os sacerdotes de Cristo, que não aceitaria nenhum poder terreno.

A tendência pragmática do Cristianismo, assim estimulada, levou a Igreja à conquista e domínio dos reinos da

Terra que Jesus recusara. Mas com isso o Cristianismo perdeu a liberdade. Tornou-se uma organização complexa e teve de entrar nos conchavos políticos e nas posses das riquezas mundanas. Hoje, depois do papa João XXIII, de origem camponesa e cujos reinados fez lembrar a Roma arcaica empenhada em lavrar a terra e criar rebanhos, a Igreja parece tocada por um sopro de renovação que poderia fazê-la voltar à simplicidade das origens cristãs. Mas é muito difícil que isso aconteça, pois a riqueza e o poder têm visgo. Uma Igreja simples e pobre poderia restabelecer a sua liberdade e com ela a moral do Cristo, que substituiria a moral burguesa dos nossos tempos. Mas parece que essa missão não compete a ela e sim às novas gerações que já estão, de maneira canhestre e às vezes até mesmo assustadora, reformulando os princípios morais no mundo inteiro. Segundo John Dewey, as novas gerações reelaboram as experiências das anteriores para melhor. Quem sabe se ainda teremos uma moral de respeito pela condição humana, em que o problema do sexo seja colocado no plano da sexualidade e não apenas do seu instrumento. Respeitando-se os direitos teremos a liberdade do homem e da mulher.

A igualdade de direitos, num sistema de moral franca e livre, não implica os abusos e desmandos masculinos, mas o desaparecimento desses abusos num clima total de respeito recíproco. Nesse clima a maternidade livre nada mais será do que um direito da liberdade feminina. Se o homem goza hoje do pleno direito da paternidade livre, que exerce em prejuízo da mulher, porque motivo se deve negar a esta o direito da maternidade livre, que usará em favor dos homens, particularmente dos que nascerem de mães livres? A mulher é uma personalidade livre, juridicamente integrada nos seus direi-

tos. Suas relações com outra personalidade livre, que dela só difere sexualmente, é problema seu, particularíssimo. As relações atuais da submissão da mulher ao homem são resíduos da escravidão. Os conflitos, abusos e desesperos do mundo atual decorrem desse desnível moral do passado. Num clima de liberdade, a responsabilidade dos seres livres se desenvolverá sem empecilhos. Cada homem e cada mulher saberão como se comportar para viver com dignidade. A justiça arrancará a sua venda dos olhos para encarar o nascimento de uma criança como um enriquecimento da Humanidade, um ato de amor e doação.

A vergonha do sexo não é natural. Nasceu das condições artificiais da civilização, que despertou com suas medidas repressivas, em função do orgulho e da prepotência masculina, o sentimento de posse exclusiva da mulher, incluindo-a no rol de suas propriedades pessoais. Escondendo a sua nudez e ao mesmo tempo cobrindo-a de enfeites provocantes, para orgulhar-se de sua beleza e seu encanto, o homem despertou a malícia e excitou a cobiça dos outros. O refinamento dos trajés e dos enfeites femininos incumbiu-se do resto. A mulher tomou consciência do seu poder de fascinação e o desejo natural do homem o levou aos desmandos da conquista pela força. A honra e a dignidade, sentimentos embrionários da criatura em desenvolvimento, concretizaram-se nas posses materiais, que representavam aumento de poder e de importância dos mais fortes no meio social. Estes não podiam permitir que estranhos tocassem nas suas posses, entre as quais a mais preciosa e ligada à sua afetividade era a mulher. Esta, compreendendo o seu papel, escondia os seus encantos dos outros ou exibia o seu fascínio, de acordo com as suas intenções e ambições. Não foi a folha de parra do

éden que gerou a vergonha do sexo e da nudez, mas a ambição do homem e da mulher, de se projetarem na sociedade, superando os outros. O homem estúpido que hoje mata a mulher que o traiu, e o mais estúpido que lança fora de casa a filha que cedeu aos impulsos a que ele mesmo nunca resistiu, são exemplos de sobreviventes dos tempos de barbárie.

A liberdade primitiva foi destruída pelo próprio homem, na sua sede desesperada de riqueza e poder. Hoje colhemos os frutos amargos desse desvario de milênios. Nenhuma das vinte e tantas civilizações que floresceram na Terra até os nossos dias, segundo os cálculos de Toynbee, conseguiu desvencilhar-se dessa herança trágica, só fizeram aumentá-la. O desenvolvimento da razão e do saber encontrou sempre pela frente a barreira das ambições desmedidas, que nem as dores do mundo e a fatalidade da morte fizeram diminuir.

Os ensinamentos e os exemplos do Cristo e de outras grandes figuras da História foram tragados na voragem crescente da ambição. Transformado em mito, o homem-modelo, Jesus de Nazaré, converteu-se em símbolo frio, objeto de exploração material, acobertando iniquidades e justificando crueldades da ambição humana. A liberdade sufocada, aniquilada nas estruturas sociais da pilhagem e da escravidão, deixou de ser um anseio de transcendência para tornar-se um suposto direito dos poderosos na imanência trágica do mundo. Ou restabeleceremos a verdade cristã na Terra ou a libertação dos átomos nos dará a liberdade escatológica da desintegração total.

Amigo(a) Leitor(a),

Se você leu e gostou desta obra, colabore com a divulgação dos ensinamentos trazidos pelos benfeitores do plano espiritual. Adquira um bom livro espírita e ofereça-o de presente a alguém de sua estima.

O livro espírita, além de divulgar os ensinamentos filosóficos, morais e científicos dos espíritos mais evoluídos, também auxilia no custeio de inúmeras obras de assistência social, escolas para crianças e jovens carentes, etc.

As obras espíritas nunca sustentam, financeiramente, os seus escritores; estes são abnegados trabalhadores na seara de Jesus, em busca constante da paz no Reino de Deus.

Irmão W.

“Porque nós somos cooperadores de Deus.”

Paulo. (1ª Epístola aos Coríntios, 3:9.)